



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALEXANDRA VIANA CARDOSO WESTARB

**A MULHER E A CONCILIAÇÃO DE TAREFAS NOS ESPAÇOS PRODUTIVO E
REPRODUTIVO**

Florianópolis-SC, 08 de dezembro de 2009.

ALEXANDRA VIANA CARDOSO WESTARB

**A MULHER E A CONCILIAÇÃO DE TAREFAS NOS ESPAÇOS PRODUTIVO E
REPRODUTIVO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social, na
Universidade Federal de Santa Catarina,
Departamento de Serviço Social.

Orientador: Professora Dra. Claudia Mazzei Nogueira

FLORIANÓPOLIS (SC)
2009.2

ALEXANDRA VIANA CARDOSO WESTARB

**A MULHER E A CONCILIAÇÃO DE TAREFAS NOS ESPAÇOS PRODUTIVO E
REPRODUTIVO**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequadamente para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado pelo Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

**Profa. Dra. Claudia Mazzei Nogueira
Departamento de Serviço Social – UFSC
Orientadora**

**Profa. Dra. Eliete Cibele Cipriano Vaz
Departamento de Serviço Social – UFSC
Examinadora**

**Prof. Dr. Ricardo Lara
Departamento de Serviço Social – UFSC
Examinador**

Florianópolis (SC), 08 de dezembro de 2009.

*Dedico esse trabalho ao meu marido
Fábio Westarb, por ter me acompanhado e
me encorajado nesta jornada na busca por
uma formação de nível superior.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu amado marido Fábio, pela compreensão carinho e atenção que dedicou a mim ao longo desses anos de faculdade, principalmente pelos dias que vínhamos de Barra Velha, e esperava por mim pacientemente até que a aula acabasse e assim pudéssemos voltar pra casa.

Agradeço aos meus pais, principalmente a minha mãe Virgínia pelo empenho a fim de nos criar, educar, sustentar e ensinar a enfrentar a vida.

Agradeço aos meus irmãos Viviana e Jean bem como aos meus respectivos cunhados, Euclides e Elisa, e ainda meus sobrinhos, Lohana, Felipe Gabriel e Matheus. É muito bom ter a presença de vocês na minha vida. Amo muito a todos.

Aos meus sogros Benta e Henrique que sempre me acolheram nos momentos de desespero, me incentivando a continuar.

A minha querida amiga Francielle já formada e também atuante na profissão de assistente social pelos debates e estudos, pelo empenho nos trabalhos que fizemos juntas. Certo provérbio diz que: “há amigos mais chegados que um irmão”; pois bem, você é um desses na minha vida, e sem você eu não teria conseguido.

Ao Roberto, proprietário da empresa Nova Vida Decorações, onde trabalho, por sempre entender meus apertos, me concedendo dispensas e trocas de horário a fim de que a conclusão do estágio e TCC fossem possíveis.

A querida Nelza. O que houve de bom em ter atrasado a faculdade, terminando somente neste ano, foi o fato de te conhecer.

As colegas também já formadas assistentes sociais Melissa e Letícia, pelas risadas, companheirismo, nos momentos de descontração e pelo comprometimento necessário referente à formação acadêmica.

A minha supervisora de estágio, Sarita Elisabeth Berretta que me fez entender a dinâmica da profissão, através das relações que fazia entre teoria e prática, e ainda pelo carinho, atenção e dedicação que demonstrou ao me supervisionar.

A querida Nini técnica administrativa do Setor de Serviço Social do campo de estágio, por seu carinho e dedicação com os quais me acolheu.

A assistente social Jaqueline, que nas férias da Sarita, me supervisionou, e com ela pude debater assuntos de profunda importância para a profissão.

A Maternidade Carmela Dutra por ter me oportunizado esse campo de estágio tão rico.

A prof^a Dra. e orientadora Claudia Mazzei Nogueira, por ter aceitado tão prontamente o convite, e assim fazer parte da construção desse trabalho.

Aos profissionais que compõe esta banca examinadora, Prof^a Dra. Eliete Cibele Cipriano Vaz e ao Prof. Dr. Ricardo Lara, pela presença e contribuições à minha formação acadêmica.

E por último, mas não menos importante a DEUS o qual colocou todas essas pessoas em meu caminho e por isso neste momento importante posso agradecê-las, reconhecê-la e honrá-las.

Obrigada SENHOR, por tudo!

“Onde me aninharei amanhã?

Porque doravante os caminhos são novos.”

Rudyard Kipling

(Do livro: Mowgli o menino lobo)

Westarb, Alexandra Viana Cardoso. **A mulher e a conciliação de tarefas nos espaços produtivo e reprodutivo**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo pesquisar a conciliação de tarefas da mulher, nos espaços produtivo e reprodutivo, ressaltando qual é a dinâmica da divisão sexual do trabalho, mais propriamente no ambiente da família, demonstrando que a conquista da mulher por um espaço no mundo do trabalho a subjugou a necessariamente ter uma dupla jornada: trabalho e lar, e que muitas vezes no lar, seus papéis são múltiplos; mãe, esposa, dona de casa. Para esse fim, dividimos esse trabalho em duas seções e nos utilizamos da pesquisa bibliográfica e através dela percebemos o desenvolvimento que a instituição família sofreu ao longo da história, e toda a retórica que envolve o mundo do trabalho. Com intuito de melhor perceber essa dinâmica, apresentamos alguns desdobramentos da família, bem como o papel ocupado pela mulher na mesma e dessa forma evidenciar o patriarcalismo, pois foi este modelo de família que imprimiu a mulher responsável pelas tarefas domésticas e ainda pelo cuidado dos filhos. Em seguida explanamos o mundo do trabalho, pois é nele que se efetua a divisão sexual do trabalho, a fim de compreendê-la de maneira mais ampla foi preciso entender essa categoria, uma vez que é ela a principal responsável pelo desenvolvimento da sociedade. Por fim, percorremos toda a discussão que envolve a mulher e a desenvoltura que essa necessariamente tem que ter a fim de que possa manter de maneira efetiva o seu lugar no espaço produtivo, sem poder abrir mão do reprodutivo já que na busca pela conquista por sua emancipação através de um posto de trabalho, viu-se obrigada a enfrentar uma dupla jornada todos os dias.

Palavras-chave: Família patriarcal, patriarcalismo, trabalho, conciliação de tarefas, espaços produtivo e reprodutivo, tarefas domésticas, divisão sexual do trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. A FAMÍLIA.....	11
1.1 Definição.....	11
1.2 Um breve histórico sobre a família.....	13
1.3 Família segundo algumas áreas e seus pensadores.....	22
1.4 A mulher e seu papel na família.....	24
2. O MUNDO DO TRABALHO.....	29
2.1 O trabalho.....	29
2.2 Principais elementos do Taylorismo e do Fordismo.....	36
2.3 Toytismo.....	40
2.4 Reestruturação Produtiva.....	44
2.5 A divisão sexual do trabalho.....	49
2.6 A divisão sexual do trabalho na família.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso visa evidenciar que no contexto em que vivemos a mulher se vê fadada a ter que conciliar as tarefas entre os espaços produtivo e reprodutivo.

A mulher efetivou diversas conquistas no decorrer da história. Passou por períodos como o matriarcado, a submissão ao homem, (fosse esse pai ou marido), foi castigada duramente em função adultério (enquanto ao homem este lhe era permitido por direito), conquistou seu lugar no mercado de trabalho.

Destas conquistas, a mais significativa, foi a que permitiu a mulher a sua emancipação, ou seja, a inserção no espaço produtivo, propiciou a mulher a percepção de salário, e isto em alguns momentos pode ser visto como sinal de independência.

O que não esperava é que essa inserção enquanto assalariada acabaria por lhe impor uma dupla jornada de trabalho, uma vez que a sociedade ainda entende que as tarefas domésticas são única e exclusivamente responsabilidade da mulher, e mesmo que alguns homens realizem determinadas funções dentro do lar, essas são aleatórias, sem obrigação na sua execução, a chamada “ajuda masculina” onde essa só aparece se a mulher a solicita e mesmo assim é um ato isolado como lavar uma louça ou varrer o chão ou arrumar uma cama ou vestir um filho.

Nesta “ajuda” o homem ou faz uma coisa ou outra, sendo que são raros os que num mesmo período se dispõe a lavar uma louça e em seguida varrer o chão, por exemplo. Entende que o fato de executar uma tarefa isolada já “ajudou” a mulher, entendendo que assim já fez sua parte.

A idéia de pesquisar essa conciliação de tarefas entre os espaços produtivo e reprodutivo nasceu na experiência do estágio realizado na Maternidade Carmela Dutra, ao ouvir diversas vezes algumas mulheres que já tinham mais de um filho e recém haviam dado a luz, ao que seria seu terceiro ou quarto bebê, dizerem que se sentiam cansadas pois, quando estavam fora de casa no espaço produtivo, eram trabalhadoras, e, ao chegar em casa ainda desempenhavam seus papéis de mães, companheiras, cozinheiras, “donas de casa” e embora estivessem cansadas de um dia de trabalho, ainda precisavam “dar conta” das tarefas que lhes aguardava no lar.

A intenção desse trabalho é expor a dupla jornada, bem como a conciliação das tarefas mencionadas acima, a fim de provocar uma reflexão sobre essa responsabilização que desde a antiguidade se coloca sobre a mulher (seja essa mãe, filha ou esposa já que de maneira natural, as tarefas vão sendo assumidas pelas mulheres que convivem no lar, e quando uma não está necessariamente outra “deve” assumir) de que ela é a única responsável pela manutenção do lar, (entendendo que essa manutenção gera inúmeros serviços, como limpar, cozinhar, lavar, passar e consertar a roupa) cuidar e educar os filhos, e muitas vezes responder pelas necessidades do companheiro surgidas no ambiente doméstico, ainda que esse companheiro não seja exatamente o marido, podendo ser também o pai, ou um irmão, ou um avô, ou ainda qualquer pessoa do sexo masculino que divida o mesmo ambiente percebido como lar, e que “dependa” da mulher para “sobreviver” dentro dele.

1. FAMÍLIA

Nesta seção pretendemos apresentar a família enquanto instituição bem como apresentar sua definição, conceito e breve histórico. Pois entendemos ser importante ter essa compreensão a fim de melhor analisar a mulher e a sua conciliação de tarefas domésticas.

Nosso principal objeto dentro deste tema é a família patriarcal e seu funcionamento, e o conceito cujo qual nos identificamos é o trazido por Marx, no entanto, indicaremos aqui também outros conceitos e aspectos a fim de entendermos melhor essa categoria e seus desdobramentos.

1.1 Definição

Temos por definição de acordo com o dicionário Michaelis que família é:

- * Conjunto de ascendentes, descendentes, colaterais e afins de uma linhagem.
- * Pessoas do mesmo sangue, que vivem ou não em comum.
- * Descendência, linhagem.
- * O pai, a mãe e os filhos.
- * Sociologia – Instituição social básica que compreende um ou mais homens, vivendo maritalmente com uma ou mais mulheres, os descendentes vivos, e, às vezes, outros parentes ou agregados. (<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>, 2009).

Percebemos que em tempos atuais, a definição que mais se enquadra é a da sociologia, pois compreende em sua explanação ao fazer referência a palavra “agregados” os novos arranjos familiares que começam a se apresentar em nossa sociedade.

Ainda em busca da definição, verificamos esta listada na Wikipédia, Enciclopédia Livre:

Representa um grupo social primário que influencia e é influenciado por outras pessoas e instituições. É um grupo de pessoas, ou um número de grupos domésticos ligados por descendência (demonstrada ou estipulada) a partir de um ancestral comum, matrimônio ou adoção. Nesse sentido o termo confunde-se com clã. Dentro de uma família existe sempre algum grau de parentesco. Membros de uma família costumam compartilhar do mesmo

sobrenome, herdado dos ascendentes diretos. A família é unida por múltiplos laços capazes de manter os membros moralmente, materialmente e reciprocamente durante uma vida e durante as gerações. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fam%C3%ADlia>, 2009).

Interessante observar que nesta definição, apresenta-se a família como grupo de influências tanto entre si, como também influenciado por outras pessoas, e ainda instituições. Demonstra ainda os laços de procedência, confirmando o grupo enquanto uma mesma linhagem, afirmando certo grau de parentesco. Destaca os múltiplos laços mantidos entre seus membros durante toda uma vida e até mesmo algumas gerações. Estas observações nos fazem ter a compreensão de que família é um grupo de pessoas com profunda ligação que faz com que se mantenham próximas entre si por toda sua vida.

Podemos então, definir família como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação dos membros da mesma, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera através de padrões transacionais. Assim, no interior da família, os indivíduos podem constituir subsistemas, podendo estes ser formados pela geração, sexo, interesse e/ ou função, havendo diferentes níveis de poder, e onde os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros. A família como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo a nível dos parâmetros culturais, mas possuindo as mesmas raízes universais (MINUCHIN, 1990 apud WIKPÉDIA <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fam%C3%ADlia>, 2009).

Percebemos ainda que a definição de Minuchin trazida pela Wikipédia, fala em família como um sistema, onde certo tipo de organização é determinado pelo padrão que se segue dentro da família. Clarifica ainda, que os comportamentos se influenciam e são influenciados uns pelos outros, ressaltando certa matriz comportamental. Evidencia que por estar inserida no mundo social, enfrenta tarefas que refletem em seu desenvolvimento. Que pode diferenciar no seu padrão cultural, mas que apresentam de maneira universal as mesmas raízes.

Dessa forma, nos faz perceber que família de maneira geral, caracteriza-se sempre da mesma forma e é sempre percebida por diferentes culturas pelo seu formato universal.

Escolha objetal analítica, ou assimétrica: o homem ou a mulher buscam um parceiro que lhes forneça amparo e apoio (mãe ou pai da infância). É uma escolha alimentada pela pulsão de conservação e

visa, antes de tudo, dominar a angústia de perda das figuras parentais. Haveria uma identificação mútua na perda e cada um idealiza o outro. De alguma forma, o casal se julga sabedor de como um deve sanar a falta do outro. Dois caminhos se oferecem: a) defensivo: quando o homem escolhe uma mulher que é o oposto ao pai e vice versa; b) regressivo: quando se identifica, no parceiro, um sucedâneo da figura parental de identificação. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fam%C3%ADlia>, 2009).

Esta definição lembra a escolha pelo par a fim de formar o binômio “pai e mãe” levando em consideração que esta é feita a fim de sanar determinada angústia adquirida na própria família, o que leva a idealização do parceiro, mas que, nem sempre apresenta as características desta idealização.

O vínculo se estabelece a partir de uma idéia de poder, orgulho, onipotência e ambição. Por exemplo: o parceiro seria alguém que seja difícil, a fim de se comparar com ele em força e em capacidade manipuladora. Há um jogo sadomasoquista na relação. Exemplo: uma pessoa, muito fechada, tímida e insegura se sente atraída pelo parceiro arrogante e sociável. É provável que uma das partes acabe desprezando a outra. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fam%C3%ADlia>, 2009).

Na verdade, a definição trazida pela Wikipédia demonstra que a família é sempre constituída pela união dos pares, inicialmente, homem e mulher e que durante algum tempo, essa união poderia apresentar aspectos de dependência entre o casal, ou de apenas um em razão do outro. Vemos então, que a família inicia sua relação quando homem e mulher se unem de alguma forma, com intuito de constituí-la. Essa característica se apresenta quando percebemos a evolução da família. Como se dava a união dos pares, e em qual razão acontecia. Para tanto, a seguir, buscaremos evidenciar essa característica.

1.2 Um breve histórico sobre a família

A partir do desenvolvimento humano o homem percebe-se enquanto ser consciente iniciando através do trabalho suas relações sociais. Isso propicia a formação de cidades provocando a intensificação da convivência humana, que passa por várias transformações. Vivendo em sociedade, o homem também formou a família que de igual forma tem passado por inúmeras transformações e são nas

diferentes transformações pelas quais a família passou que iremos nos deter por enquanto.

Os primeiros vestígios de família vêm da época primitiva. Passam por algumas mudanças até chegar à família monogâmica, onde inicia o patriarcalismo, modelo esse que imprime uma mulher submissa, responsável pelos cuidados da casa, filhos e marido. A fim de compreendermos como a família patriarcal se organizou, apresentaremos a seguir o desenvolvimento da família trazido por Engels, listados no livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.

Em seguida, trataremos outros aspectos importantes da organização da família na história, que também ressaltam o modelo patriarcal.

Os primeiros vestígios de família vêm da época primitiva. O que predomina na família desta época é o matrimônio entre os grupos onde cada mulher pertencia igualmente a todos os homens e da mesma forma, cada homem pertencia igualmente a todas as mulheres. (ENGELS, 1985).

O autor lembra que esta fase não pode ser vista como promíscua porque nessa época, não existiam as proibições que regem o matrimônio hoje, e que se levarmos em consideração a evolução do homem enquanto ser animal, este apenas agiu da mesma forma que muitos mamíferos se comportam. Não havia ciúmes ou vestígios de monogamia. Mas, imperava a união de pequenos grupos destacando de certa forma que estes relacionamentos aconteciam em razão da grande distância entre um grupo e outro, e da necessidade de procriar. Os pares eram formados por homem e mulher sem que se percebessem ainda laços familiares e relação consanguínea. As relações de parentesco não eram reconhecidas e, portanto, não eram vistas como impedimento para união do par.

Este momento demonstra uma mulher que exercia o matrimônio da mesma maneira que os homens. Ou seja, esta ainda não era alvo de preconceitos, nem o homem era visto como alguém que exercia melhores e/ou maiores direitos.

Em seguida, na família chamada por Morgan de Pulanuana, reconhece a filiação materna, através do tronco materno que apresenta toda uma linhagem feminina, ou seja, o primeiro reconhecimento de parentesco entre os grupos da família primitiva. Isso nos leva a perceber um círculo mais fechado onde parentes consanguíneos de linhagem feminina já não adquirem matrimônio entre si. (ENGELS, 1985).

O texto esclarece que primeiramente é identificada essa relação de parentesco feminino, em função da natureza da concepção, já que a mulher gera seu filho, sendo visível a todos do grupo que determinada criança pertencia àquela mãe em específico. Dessa forma, este tipo de família que Engels traz através de Morgan, começa a apresentar uma determinada preocupação com a consangüinidade, quando parentes da linhagem feminina já não se unem.

A seguir, a família Sindiásmica apresenta os primeiros vestígios de matrimônio por pares. Exige-se rigorosa fidelidade das mulheres, sendo que eram duramente castigadas em caso de adultério, porém aos homens a infidelidade e poligamia ocasional, continuam sendo um direito. O vínculo conjugal era facilmente dissolvido por qualquer das partes e os filhos pertenciam à mãe. (ENGELS, 1985).

Na família sindiásmica os homens têm a infidelidade como direito, começando a imprimir certo preconceito em função das relações sexuais das mulheres, que não ocorria no matrimônio por grupos. A linhagem feminina continua a ser reconhecida já que no caso de uma dissolução de união matrimonial, o filho pertencia à mãe.

Dessa forma, Morgan ressalta que o matrimônio entre pares onde não há a consangüinidade, produz uma raça mais forte, tanto física como mentalmente, onde ao unirem-se duas tribos, faziam com que cérebros crescessem naturalmente oportunizando a compreensão das capacidades existentes em ambas as tribos. E essas tribos ou predominavam sobre as outras ou as arrastavam para seu exemplo. (ENGELS, 1985).

Entendemos que este ponto de vista demonstrado por Morgan apresenta a evolução da espécie, onde a união de diferentes culturas através do matrimônio entre seus integrantes propicia um melhor intelecto de seus novos membros nascidos daquela união. Como ainda lhes apurava determinados aspectos que as faziam predominar sobre outras tribos onde o matrimônio continuava a ser feito somente dentro daquele grupo.

A família sindiásmica apresenta ainda outro aspecto importante, o de que a monogamia na sua essência nada tem haver com o amor sexual individual, mas sim, com a escassez de mulheres, uma vez que com a evolução da família fora reduzido consideravelmente o círculo que abarcava a tribo inteira. Iniciou-se uma exclusão progressiva onde, tanto parentes mais próximos como os mais distantes e ainda aqueles unidos por aliança fragmentaram a tribo de tal forma que tornou

impossível o matrimônio por grupos, ocasionando o rapto ou ainda a compra das mulheres a fim da efetivação da união dos pares. (ENGELS, 1985).

A monogamia nasce do fato que com a evolução da família, os parentes foram se distanciando uns dos outros, não havia mulheres aos arredores, e, portanto, o homem embora tivesse ainda o direito a infidelidade, não havia com quem praticar o adultério, já que até mesmo para ter sua companheira precisava raptá-la ou ainda comprá-la.

Outro aspecto importante da família sindiásmica, é que nesta geralmente as mulheres mandavam na casa. Ao homem preguiçoso era imposto que saísse e se não o fizesse a vida neste se tornava um tormento. (ENGELS, 1985).

Aqui percebemos que nem sempre a mulher foi alvo de submissão por parte masculina, sendo que de acordo com o que está acima exposto o homem sequer resistia ao que lhe era imposto por saber que sua vida naquela família não seria mais a mesma, tão forte era o domínio da mulher na sua casa.

Enquanto a família sindiásmica se desenvolvia nas Américas, o Novo Mundo apresentava outro tipo de organização da família. No intuito de caçar de maneira mais efetiva, o homem desenvolve instrumentos, que em caso de dissolução do matrimônio, eram estes que lhes cabiam por direito, assim como os utensílios domésticos cabiam para a mulher. Os filhos ainda eram reconhecidos pela linhagem feminina. (ENGELS, 1985).

Em seguida, o homem começa a domesticar os animais, e estes também o são de sua propriedade. Juntamente com seus instrumentos de trabalho, em caso de morte do proprietário estes eram herdados por seus irmãos uma vez que os filhos eram identificados pela linhagem feminina, portanto, herdeiros diretos de suas mães, não imprimindo a eles direito sobre o que pertencia ao seu pai. (ENGELS, 1985).

Na medida em que iam aumentando as riquezas conquistadas pelo homem, de determinado modo, proporcionava a ele uma maior importância que à mulher dentro do contexto de família. Assim, nasce nele a idéia de usar dessa vantagem e modificar em proveito dos filhos, a linhagem da descendência destes. Dessa forma, aboliram a filiação feminina, e o direito hereditário materno e o substituíram pela filiação masculina e o direito hereditário paterno. Este primeiro efeito do poder sendo exclusividade do homem é visto como a forma intermediária da família patriarcal. (ENGELS, 1985).

Vale ressaltar a observação feita pelo autor em relação a essa mudança:

O desmoronamento do direito materno, *a grande derrota histórica do sexo feminino em todo mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada, sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. (ENGELS, p. 61, 1985).

Percebemos com isso, que embora antes os filhos não fossem reconhecidos através da linhagem masculina, isso não caracterizava aos homens da época, traço algum de inferioridade em relação à mulher. Porém, na inversão disso, não só apresenta uma mulher inferiorizada, como também submetida aos desejos masculinos, sendo vista apenas como a procriadora de seus herdeiros, aqueles a quem se destinaria o que possuía por propriedade privada.

Em função da propriedade privada conquistada pelo homem nasce a família monogâmica. Tem por finalidade a procriação onde a paternidade seja indiscutível já que os filhos serão herdeiros diretos tendo direitos as posses e bens do pai. Os laços conjugais são mais fortes e só podem ser defeitos pela vontade do homem que continua com o direito a infidelidade, porém se a mulher for infiel será castigada de maneira tão severa como nunca anteriormente. A esta também é exigido tolerância total quanto as questões referentes a vida conjugal, bem como castidade e fidelidade incondicional. Torna-se para o homem nada mais que a mãe de seus filhos, a que governa a casa e toma conta das escravas que podem se tornar concubinas de seu marido de acordo com a vontade dele, demonstrando que a monogamia existe apenas para as mulheres. (ENGELS, 1985).

Os vestígios do patriarcalismo iniciam-se na família monogâmica. O homem ocupa o papel de chefe da família e a esposa apresenta a característica de serva. A mulher assim como na família sindiásmica é punida em relação ao adultério, muito mais severamente em função da herança do homem que pertencia aos filhos legítimos. A mulher perde o direito de solicitar a dissociação do matrimônio, e começa a ser distintamente discriminada na sociedade que já se denomina por civilizada. Percebemos ainda que a família monogâmica também apresenta a conciliação de tarefas domésticas já que a esposa se torna responsável pela casa, filhos e escravas.

Saltando bem mais a frente, no século XVI, a aristocracia abrigava no mesmo castelo parentes, dependentes, criados e agregados. As relações sociais eram profundamente hierarquizadas e regidas por tradição. O homem era encarregado do combate (geralmente era soldado de guerra). A mulher era destinada a organização social do castelo, não criava seus próprios bebês, estes tinham suas amas-de-leite e depois de desmamados eram entregues aos cuidados de criados. O aprendizado era voltado para a obediência e a hierarquia social sendo usado o castigo físico como principal instrumento nesta aprendizagem. (VAZ, 2008).

De acordo com Vaz (2008), percebemos que as relações surgiam de uma hierarquia rígida, extremamente tradicionalista, onde o homem tinha seu espaço de ação fora do castelo, e neste momento em específico se mantinha em operações de guerra sendo combatente e passando longos períodos fora do ambiente dos de sua convivência. As mulheres administravam o espaço de convivência, aparecendo aqui os primeiros vestígios dos trabalhos domésticos. Devido as suas funções dispensavam a amamentação do próprio filho, bem como os cuidados com os mesmos, deixando essa tarefa para amas-de-leite e posteriormente a criadas. Nesta relação, as crianças eram ensinadas de maneira rigorosa, e quando não desempenhavam o aprendizado de maneira satisfatória recebiam castigos, que muitas vezes imprimiam marcas físicas.

Com o que vimos até agora, entendemos que a conciliação das tarefas domésticas pela mulher, bem como o preconceito sofrido pela mesma, surgem de maneira lenta. Inicia com a infidelidade sexual, cujo é permitida apenas ao homem. Em seguida, a mulher fica responsável pela administração do castelo. Neste momento, a mulher ainda não é a principal responsável por seus filhos. Por estar muito ocupada com as tarefas do castelo, os filhos são criados e educados por terceiros. Mas, logo, essa tarefa irá também se evidenciar como responsabilidade da mulher.

Percorrendo a história um pouco mais adiante, a família camponesa, por sua vez, exprimia laços mais sólidos, apresentavam dependência, regulavam a vida uns dos outros e prendiam seus membros aos costumes e tradição, bem como aos rituais que eram dirigidos a toda aldeia – casamento, enterros, namoro – a todos eram atribuídos normas coletivas, e ao último se providenciava a formação de pares que se considerasse adequados. Não era vista como espaço privado uma vez que desde pequenas as crianças aprendiam as regras propostas ao coletivo e ainda

participavam de toda rotina da aldeia, o que as fazia depender primeiramente da comunidade e não de seus pais, obedecendo às normas sociais às vezes sendo punidos severamente para tanto. Percebendo-se que a família camponesa não conhecia nem atribuía valor a vida privada e doméstica. (VAZ, 2008)

Este tipo de família já demonstra uma dependência parcial entre os seus membros. Existiam laços nos relacionamentos o que fazia com que seus membros interferissem uns nas ações dos outros, porém o maior ditame vinha da vida coletiva, que impunha seus costumes e tradições e todos os habitantes da aldeia se viam obrigados a fazer de acordo com as normas que eram impostas. Os casamentos eram arranjados de acordo com os interesses coletivos, e todos participavam ativamente dos afazeres camponeses. Assim faziam a fim de que não recebessem a punição devida aos que descumpriam ao que lhes era cabido. Tais determinações faziam com que o sujeito se sentisse mais integrado a aldeia do que a seus pais e/ou parentes consangüíneos. A vida doméstica e privada ainda era um desafio. O que nos faz perceber que a família camponesa evidencia a definição de família, proposta por Minuchin anteriormente neste trabalho.

Foi em meados do século XVIII, que a família demonstrou os primeiros limites que abrangiam a vida particular e ainda os costumes contemporâneos que receberam forte influência pela família Européia a qual se apresentou a partir do século XVI principalmente nas classes mais altas. Dentre estas influências está a de cada família morar em sua própria casa e ser responsável pela educação de seus filhos, e ainda a diminuição da interferência da comunidade na vida doméstica. (VAZ, 2008).

A família começa a se definir como um grupo restrito, que embora necessite viver em comunidade, a interferência começa a diminuir. A comunidade ainda tem seus ditames, mas que, nem sempre são primordiais dentro dos lares. A particularidade começa a ganhar campo e as pessoas dão os primeiros passos nos limites da privacidade.

Dessa forma, a organização família foi imprimindo sua identidade. Inicialmente foi chamada de funcionalista, onde tinha por principal função a socialização de seus membros bem como a formação da personalidade dos filhos. Era tida por nuclear sendo este o modelo de família estruturada onde os papéis eram divididos e definidos, entre homem, mulher e filhos e seguia uma hierarquia de poder típica para o seu funcionamento onde os limites eram rígidos e bem definidos.

A mãe desenvolve o papel principal em função da ligação íntima e intensa com os filhos sendo responsável pelo cuidado, proteção dos mesmos, e ainda a responsabilidade pelo ambiente doméstico. O pai assume a função de provedor, e atua principalmente no espaço público, e tem uma relação distante com os filhos. Este exerce a autoridade, o poder familiar. Esse modelo demonstra uma família isolada que se mantém no âmbito privado. (VAZ, 2008).

Neste tipo determinado como funcionalista, vemos que cada qual tem sua função, em papéis muito bem delimitados dentro da família. O pai é a figura desta hierarquia que tem como atributo principal o sustento da família e, portanto não dispensa tempo (que não tem a perder) com os filhos. Exerce sua autoridade de maneira autoritária demonstrando seu poder de forma a provocar medo e temor dos outros membros. Toda a responsabilidade pela criação dos filhos e com o lar fica a cargo da esposa. O que acontece dentro da casa, não é comentado fora dela, e todas as questões tendem a ser resolvidas entre os membros, ou apenas ser imposto determinação a respeito pelo poder ditatorial do chefe da família, dessa forma o assunto era encerrado. Os filhos viviam debaixo do jugo das ordens do pai, que geralmente ditava até mesmo sobre o futuro, profissão, estudos, casamento. No modelo funcionalista, percebemos também uma mulher que tem por responsabilidade a casa e os filhos, enquanto ao marido cabe o sustento familiar.

Pensando mais especificamente no Brasil, em tempos de colônia e império, na época dos grandes engenhos de açúcar e plantações de café o que predominava era o padrão da família patriarcal, que se percebia principalmente nas classes sociais mais altas, sendo fruto de interesses econômicos e políticos. O casamento era profundamente ligado ao status, destacando-se em função da imponência da fortuna e com a pureza do sangue. Sendo que a família não constituía um espaço de satisfação sexual, pois isso acontecia fora desse círculo, algumas vezes apresentava afeto, em outras não e se destacava na tentativa de aumentar privilégios e poder. O que se apresentava com frequência eram as uniões de fortes matizes, geralmente incestuosas, entre primos, tios, e sobrinhos. (VAZ, 2008).

No Brasil pós colonização, o que se percebia era o domínio da família patriarcal, determinante nas classes mais altas com intuito de preservá-las através de alianças econômicas a fim de se manter o poder e a posição social que se ocupava e, com efeito, iniciar ou continuar qualquer tipo de dominação, exprimindo

também poder político. Dessa forma, as uniões entre os pares só aconteciam para suprir algum tipo de interesse fosse econômico, político ou ainda linhagem sanguínea, a fim de preservar a situação atual, ou ainda de não perdê-la. O sexo mais uma vez coloca-se com intuito de satisfazer as concupiscências da carne, e para a família este era secundário, não demonstrando intimidade entre o casal. Era mais freqüente em círculos externos ao espaço familiar, e algumas vezes também era feito em função de suprir algum tipo de interesse. Eram comuns casamentos que não demonstravam preocupações com a consangüinidade, como entre tios e sobrinhos, ou ainda entre primos.

Assim como passou por transformações e adequações ao longo das décadas, também evidenciou algumas crises. Teve seu momento de muitos membros, como momentos de baixo número de filhos. Em determinada época foi associado seu crescimento ao grande número de casamentos, e posteriormente passou ainda pelos crescentes números de divórcios. Essas crises têm por principal motivo as transformações que aconteceram nas relações de gênero, onde a mulher busca um espaço para além do doméstico, e começa a disputar com o homem espaço produtivo. Dessa forma, para alguns o casamento, filhos e família foram dispostos em segundo plano. (Vaz, 2008).

Neste momento podemos perceber que a mulher além de ser responsável pelos filhos e pela casa, também inicia sua ocupação como trabalhadora. Para a mulher nessa etapa surge a necessidade da conciliação de tarefas nos espaços produtivo e reprodutivo, pois, a responsabilidade na grande maioria das vezes ainda é da mulher, no que tange as tarefas domésticas.

Falando ainda de Brasil, embora nos últimos anos a família tenha vivenciado muitas transformações, o modelo que ainda predomina é o patriarcal. Isso se destaca quando percebemos famílias onde não há a figura do pai, mas, que de acordo com o senso comum a mãe é “mãe e pai” naquela família. Isso demonstra que esse modelo ainda tem profunda influencia sobre o contexto brasileiro.

A família patriarcal é a que melhor denomina a mulher dona de casa, cuidadora e educadora dos filhos, e embora tenhamos buscado neste capítulo um panorama mais abrangente sobre a família, entendemos que a hierarquia presente na família patriarcal embasa a necessidade da conciliação de tarefas efetuada pela mulher nos espaços produtivo e reprodutivo.

A fim de entender melhor como a instituição família se desdobra, precisamos também perceber como é vista e conceituada de acordo com as áreas que a estudam, pesquisam e analisam. A seguir, apresentaremos alguns conceitos de família, de acordo com algumas dessas áreas e seus pensadores.

1.3 Família segundo algumas áreas e seus pensadores

Sabemos que o mundo familiar é o primeiro reconhecido entre a maioria dos seres humanos, sendo também onde primeiramente se manifesta. Mostra-se como uma teia de importância fundamental para as relações, onde a afetividade gera marcas que são levadas por toda vida e que é projetada nas famílias formadas futuramente. (VAZ, 2008).

O que vemos com isso, é que a cada dia, a família se torna cada vez mais relacional o que faz com que se examine primeiramente o indivíduo, vendo a todos como parte fundamental nesta relação. A fim de melhor entender as novas estruturas familiares bem como suas manifestações na sociedade que marcam a valorização da autonomia individual, faz-se necessário uma reflexão a cerca de seus diferentes pensadores, e ainda as diversas áreas que, de certa forma, apresentam conceitos mais específicos sobre família.

Por exemplo, na concepção sociológica, no conceito de Agnes Heller, a família é reprodução ideológica, em função de que no dia a dia se modificam ou desaparecem idéias, atos e relações. (VAZ, 2008).

Baseado neste conceito podemos dizer que, a família é uma reprodução sistemática das idéias que foram de certa forma impostas em determinado momento e que continuam sendo repassadas de geração em geração, sem serem discutidas, aprimoradas ou atualizadas. Podem acompanhar as tendências da época, mas sua principal matriz continua sendo preservada.

Já a psicologia, diz que a família, de acordo com Freud, é de fundamental importância para o desenvolvimento da personalidade humana, em função dos vínculos e das emoções expressadas de maneira simultânea através do ódio e do amor. Sendo vista com o espaço que produz pessoas saudáveis, que são emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas ou ainda partícipes do núcleo de desequilíbrios e também expostos a todo tipo de desvios comportamentais que são

expressos pela ausência de amor e a presença de ódio e rancor no ambiente familiar produzindo violência, loucura, doença, mal estar e relações destrutivas. (VAZ, 2008).

A psicologia segundo Freud percebe a família como o principal espaço de formação pessoal dos seus membros, sendo a principal responsável pela composição da personalidade do ser humano e que esta se dá de acordo com os vínculos que se criam. Se de amor e ações coerentes, irá formar pessoas equilibradas emocionalmente, felizes e que podem se estabilizar na sociedade em que vivem. Se seus vínculos de relacionamentos forem de ódio ou rancor irão reproduzir os desvios de personalidade, caracterizados pela violência, doença, loucura e determinados desequilíbrios psicóticos.

Se percebemos aqui a mulher como a principal educadora e cuidadora dos filhos vemos que, a ela se caracteriza uma responsabilidade muito grande: a de formadora do caráter e personalidade da sua prole. Pois de acordo com Heller os filhos reproduzirão de maneira sistemática o que vivenciam na família. De acordo com Freud dependendo dos níveis de ódio ou amor o contexto familiar pode determinar fortes problemas psicológicos, psicóticos ou ainda psicopatias.

A visão marxista exprime o conceito de família na idéia de que a reprodução da vida faz parte do contexto geral da sociedade, sendo ela considerada um grupo social que se volta para a reprodução da força de trabalho onde a mulher está encarregada do espaço doméstico, e o homem da produção dos valores de troca, através da venda da sua força de trabalho. Sendo assim, a família se demonstra um espaço de formação de novos e futuros trabalhadores. (VAZ, 2008).

Esse conceito pode ser observado, quando algumas crianças brincam de casinha, uma vez que já dividem suas tarefas, onde a menina se encarrega do espaço doméstico, e o menino sai para trabalhar. Ao voltar para casa, o menino espera pela janta que está sendo feita pela menina. Evidenciando em grande medida a divisão sexual do trabalho na família.

Dessa forma, percebemos que cada membro é como um “soldado da reprodução capitalista”, sendo a família o principal espaço onde estes aprenderiam como ser trabalhadores, como aceitar as relações de hierarquia que também aparecem no espaço de trabalho, como ainda pleitear as condições que necessitam para manter sua sobrevivência. Neste pensamento específico, vê-se a discriminação sobre a mulher, uma vez que a ela reservado o serviço doméstico,

sendo que hoje a mesma já disputa com os homens determinadas funções no meio trabalhista.

É ainda fundamental destacar que de acordo com Minuchin, (1982), a família de maneira geral, está em constante mudança, e sempre se adaptando a cada ciclo histórico e por isso a todo o momento tanto recebe com envia informações, o que reafirma sua transformação e isso perpassa os diferentes estágios do desenvolvimento dessa instituição. Também é preciso entender que embora envie a sociedade diversas informações sobre o seu funcionamento, a mudança em si acontece sempre da unidade maior para a menor, assim podemos entender que as transformações na família acontecem de acordo com a forma em que a sociedade se encaminha.

Ainda de acordo com o autor, podemos perceber que a família poderá passar por diversas transformações, mas, nunca se extinguirá por ser a melhor unidade do ser humano presente na sociedade. Por isso, quanto mais flexibilidade e adaptabilidade for requerido de seus componentes, ainda mais significativa se demonstrará como principal matriz do desenvolvimento psicossocial. (MINUCHIN, 1982).

Com isso, podemos perceber que a mulher sente essas mudanças de maneira mais acentuada, pois, ela é fundamental elemento da família, responsável pela educação e cuidado dos filhos, bem como geralmente o agente principal que repassa essas mudanças aos novos membros que vão surgindo, quer sejam herdeiros, ou agregados.

Contudo, também é responsável pelas tarefas que se apresentam no lar mesmo que já tenha se inserido no mercado de trabalho.

A fim de entender melhor a conciliação de tarefas exercida pela mulher, no ambiente produtivo e reprodutivo, precisamos nos deter no papel que a mulher ocupa na família, o que será apresentado a seguir.

1.4 A mulher e seu papel na família

A mulher se desdobra em companheira, mãe, responsável pelo lar. “Em todas as formas de família por grupos, não se pode saber com certeza quem é o pai de uma criança, mas, sabe-se quem é a mãe”. (ENGELS, 1985, p. 43). Pois se a

união é desfeita, por qualquer uma das partes, os filhos pertencem à mãe. (ENGELS, 1985).

Percebe-se aqui, um dos papéis da mulher dentro da família, o de mãe. Embora hoje, já exista recurso para se ter certeza da paternidade, a maternidade não é discutida em função de sua natureza.

Cabe lembrar que junto com o papel de genitora, a mãe também obteve o papel de cuidadora e de educadora de seus filhos, tendo sido determinado à mulher a responsabilidade sobre os mesmos. Mesmo com a guarda compartilhada já existente hoje, ainda é a mulher que na grande maioria das vezes assume os filhos, em função da sua especificidade como cuidadora.

De certa forma, aqui se ressalta o papel da mulher enquanto responsável pelo lar, evidenciando ser uma atividade exclusiva da mulher, deixando explícito um determinado desfavorecimento das mulheres em relação aos homens.

“A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. [...] Na família, o homem é o burguês e a mulher o proletariado”. (ENGELS, 1985, p. 80).

Atualmente, podemos perceber que a família apresentou modificações para todos os segmentos da população brasileira nos últimos 20 anos. As que mais chamam a atenção são as transformações no tradicional arranjo familiar. Cada vez mais, esposas e filhos se inserem no mercado de trabalho a fim de compor a renda familiar e dessa forma compartilham com o chefe as responsabilidades na manutenção da família. Entre as justificativas para essas transformações que perpassam as estruturas familiares nos anos 80, temos a presença marcante das mulheres no espaço produtivo nas últimas décadas, sendo acompanhado pelas discussões sobre o feminismo, desigualdades e direitos da mulher. (GOLDANI, 1994).

Interessante que Goldani traz que as profundas mudanças nos contextos familiares estão quase que totalmente embasados na transformação que permeia o mundo feminino. Com isso entendemos que em busca de um espaço maior na sociedade em que vive, a mulher tem demonstrado sua força, pelo grande número delas que se insere no mercado de trabalho, através dos movimentos feministas, e pelas lutas pelo fim das desigualdades e na conquistas dos seus direitos.

Hoje as mulheres fazem galopar os números das famílias por elas chefiadas, o que ocorre devida às diversas transformações da sociedade moderna. Mudam as condições de reprodução da população, como ainda os padrões de relacionamento entre a família e seus integrantes, a imagem de autoridade está sendo questionada, a posição da mulher considerada relativa sofre alterações profundas. (GOLDANI, 1994).

São mudanças que revelam conquistas profundamente significativas. O modelo de família patriarcal esta sendo revisto, assim como sua hierarquia e a submissão imposta à mulher pelo mesmo. Em alguns lares a mulher já é vista com sendo chefe da família, e esse modelo tem crescido consideravelmente.

A Constituição de 1988 redefine o conceito de família, reconhecendo o poder assimétrico entre os seus membros, e ainda clarifica que homens e mulheres exercem de maneira igualitária os direitos e deveres conjugais, e com isso, alteram o direito de propriedade das mulheres casadas possibilitando maiores facilidades em relação ao divórcio, reconhece direitos iguais referente aos filhos que independem da natureza da filiação, estabelecendo ainda direitos e obrigações individuais dos membros da família, de acordo com a posição que ocupam. (GOLDANI, 1994).

Embora a Constituição de 1988 contemple grandes avanços em relação a família, os direitos que a esta consiste, podemos perceber ainda assim, as desigualdades que permeiam seu ambiente e a mulher ainda hoje é desvalorizada e menosprezada, chegando ao extremo de se ter como conquista, uma lei que incrimina a violência contra a mulher, demonstrando que esta ainda é alvo de uma submissão tal que seu companheiro usa dos diversos tipos de violência, (física, psicológica e financeira) a fim coagi-la a reconhecer a vontade dele acima de todas as outras coisas.

Essas mudanças também revelaram uma mulher que percebendo a necessidade de complemento de renda para a manutenção da família, ou ainda por ser ela a principal responsável e mantenedora desta, vai à busca de trabalho assalariado, sendo considerável o número de mulheres que compõe este mercado. (GOLDANI,1994).

E em sua grande maioria, ao chegar em casa, precisa ainda executar as tarefas que esta apresenta usando de seu tempo que deveria ser destinado ao descanso para deixar em dia aspectos como roupa lavada, casa limpa e arrumada, comida para si e para os demais integrantes da família. Ou seja, do trabalho

assalariado parte para o não-assalariado, desempenhando ali também as funções que se lhe apresentam, porém sem reconhecimento remunerado para tanto.

Com todo esse contexto, ainda percebemos que se exige da mulher que esteja feliz em cumprir seus papéis. De acordo com Silva (1969), a mulher tem o dever de desempenhar bem suas funções de companheira, mãe, dona de casa e assalariada, uma vez que estes papéis estão diretamente relacionados à sua realização pessoal, pois tem as mesmas necessidades essenciais que impulsionam o homem, e, portanto não pode se ater a “síndrome da pequena rainha triste” por ter que cuidar dos filhos, marido, casa, pois, a mulher que é apenas isso não ser realiza enquanto ser social”.

A mulher que não trabalha, ou executa outra tarefa fora do contexto do lar e família, mesmo que tenha a seu dispor pessoas que a ajudem nas tarefas domésticas, está fadada a ser uma pessoa “cri-cri” que está sempre reclamando, exprimindo uma desilusão com suas responsabilidades. (SILVA, 1969).

A mulher moderna precisa ser livre, e sua liberdade está em conciliar seu trabalho doméstico com atividades de arte, música, beleza, moda, estudos e trabalho remunerado. Esta realmente é feliz e realizada e não deixa que as tarefas do dia a dia permitam o seu descontrole ou desconforto emocional. Se sente plena e satisfeita. (SILVA, 1969).

Este foi o senso comum imposto a mulher ao longo do tempo, sobre a conciliação de tarefas nos espaços produtivo e reprodutivo. Onde deveria se sentir feliz e satisfeita em desempenhar os papéis, de mãe, esposa, dona de casa, trabalhadora, sendo eficiente em todas essas tarefas, e ainda necessariamente estar inserida no espaço produtivo, pois, a realização pessoal vem única e exclusivamente em ter uma profissão e ser remunerada pela mesma, enquanto as funções no espaço reprodutivo são atividades que a mulher moderna realiza com grande facilidade e cabe somente a essa mulher propositiva, realizada e feliz a sua execução.

Podemos perceber que em nenhum momento Silva traz a tona o homem da família com intuito de também participar ativamente da esfera reprodutiva. Sua intenção é fazer com que a mulher se perceba apta e completamente capaz em realizar todas as tarefas apresentadas nos espaços produtivo e reprodutivo, e não leva em consideração a dupla jornada que a mulher precisa fazer a fim de concluir com êxito todas essas tarefas, também não leva em consideração o cansaço e o

fato de que é muito trabalho, principalmente quando falamos do ambiente reprodutivo, onde muitas pessoas podem fazer parte, apresentando quantidade considerável de serviço para apenas uma mulher.

A intenção é perceber esta realidade, e para abstrair de maneira eficiente o que está posto na contemporaneidade, é preciso percebê-la de maneira a entender que está em constante movimento e, esta transformação apresenta os diferentes papéis que a mulher acaba por desempenhar, visto que alguns destes papéis lhe foram sendo impostos de acordo com o modo como a família foi se organizando, e até hoje permeiam o ser feminino. Estes papéis, foram por ela assumidos sem perceber que ao se inserir no mundo trabalho assalariado, teria um acúmulo de tarefas, uma dupla jornada, e isso de certa forma acarretou na ocupação por essas mulheres de posições inferiorizadas no mundo produtivo, carreira menos promissora que a dos homens, em função de seus contratantes terem o conhecimento que enquanto mulher tem outras funções concernentes aos lar, e se aproveitarem das mesmas com intuito de precarizar suas condições de trabalho.

A fim de entendermos um pouco melhor como a mulher se destaca no meio produtivo, fazendo portanto além da conciliação das tarefas domésticas, também a conciliação dessas com o trabalho assalariado, em nosso próximo capítulo, explanaremos um pouco sobre o mundo do trabalho.

2. O MUNDO DO TRABALHO

A história nos revela que o trabalho se desenvolveu de diferentes maneiras, contemplando como seus primeiros vestígios as sociedades primitivas onde na tentativa de manter sua sobrevivência o homem cria diversos mecanismos para aprimorar seu sistema de pesca, caça e cultivo primitivo.

E desde a era primitiva, o trabalho vem alcançando novas formas e se apresentando de diferentes maneiras. Com o intuito de entendermos como essa categoria permeia a vida em sociedade e em família, como influencia a divisão sexual do trabalho, e ainda a dupla jornada executada pela mulher; neste capítulo discorreremos sobre o mundo do trabalho.

2.1 O Trabalho

Ao buscar a origem do trabalho encontramos conforme Silva (2007), que na Antiguidade o trabalho era percebido como atividade preponderante daqueles que por algum motivo, não gozavam de sua liberdade, tendo por significado o sofrimento, o infortúnio. De acordo com Menegasso apud Silva (2007), na execução do trabalho, o homem sofre ao hesitar sob uma carga, que pode até mesmo não ser visível, ou seja, a carga social da ausência de independência e de sua liberdade.

Percebemos que o sentido de sofrimento atribuído ao trabalho, esta presente desde a época da antiguidade até os dias de hoje. E embora essa percepção seja algo generalizado, não há como sobreviver sem fazer parte do mundo trabalho, portanto é fundamental para todo ser humano que em determinada fase de sua vida tenha sua inserção no mercado de trabalho.

Ainda segundo Menegasso apud Silva (2007) a tradição judaico-cristã demonstra que o trabalho está diretamente ligado a noção de punição, maldição, pois, de acordo com o Antigo Testamento, o pecado original foi punido com o trabalho: “Comerás o pão com o suor do teu rosto” (Gn. 3:19). Considerando esse princípio bíblico percebe-se o sentido de obrigação, dever e responsabilidade. A autora ainda entende que o significado enquanto sofrimento e punição transpassaram a história da civilização se relacionando diretamente com o sentido do termo latino de onde se origina a palavra trabalho, o qual se destina do latim

vulgar Tripalium. Este era um instrumento feito de três paus pontiagudos, utilizado na tortura contra os escravos rebeldes.

Isso nos remete ao fato que entender o trabalho enquanto categoria central para o desenvolvimento humano pode nos levar a compreensão equivocada quando o percebemos através de uma natureza eterna e divina, trazendo um entendimento deturpado onde o trabalho se manifesta como uma abstração responsável pela construção da história e dessa forma, não levar em conta a ação humana. Assim, importa esclarecer que as categorias como: o Estado, a política, as leis, o trabalho, as religiões, entre outras consideradas abstratas, não constituem somente “emanações da bondade divina”. Na verdade são resultados das relações sociais que foram determinadas pelos seres humanos de acordo com seu modo de produção material. (SILVA, 2007).

É preciso ter a compreensão trazida por Marx, de que o trabalho é um processo no qual participam homem e natureza, e que a ação do homem sobre a natureza determina mudanças também no homem, onde o resultado final não se torna num produto natural, mas sim, social. (SILVA, 2007).

Com isso, salientamos que Marx e Engels (1998) apud Silva (2007), admitem que ao produzir seus meios para manter sua sobrevivência o ser humano faz uma importante conquista em relação aos animais, pois acaba por produzir sua própria vida material com o uso do seu trabalho. Com a real existência dos sujeitos, levando em consideração a maneira como exercem em bases, condições e limites materiais determinados que não dependa dos seus desejos, inicia dessa forma a estrutura social, o Estado, as concepções, as representações, a formação das idéias, as produções do intelecto, que estão expressos através da política, das leis, da religião, entre outras impressões sociais.

Ou seja, todas as expressões da sociedade – a política, o Estado, as religiões e até mesmo as concepções a cerca de si próprio – acontecem em função do trabalho. É em função de executar um melhor trabalho e a fim de manter sua existência que o ser humano se reúne em grupos, inicia também as concepções sobre essas categorias abstratas. E isso só é possível pela dimensão que o trabalho imprime no meio do grupo primitivo, e assim vem se mantendo até os dias atuais.

Dessa forma, ressalta ainda mais o que fora sustentado por Marx apud Silva (2007), de que essas categorias abstratas não são imortais, da mesma forma que não o são as relações que se apresentam como suas expressões, pois são

produtos históricos, que sofrem constantes alterações. E Silva complementa alertando para o fato que, se fosse do oposto ao serem vistas desconexas das ações humanas, teriam vida própria e por si só, seriam responsáveis pela história, o que substituiria o próprio ser humano, e por conseqüência tornar-se-iam eternas e imutáveis.

Percebemos que Marx abre uma reflexão quanto à capacidade humana de criar mentalmente, imaginar, suas próximas realizações, e assim, de antemão ter uma boa idéia do resultado, sem sequer ter executado a ação, remetendo ao fato de que ao final desse processo de trabalho, se concretiza um resultado que já estava impresso na mente do trabalhador. (SILVA, 2007).

Esta é a dimensão que separa o ser humano do animal. Os atos realizados pelo animal são instintivos, e acontecem de forma repetitiva de acordo com a ocorrência dos fatos, o instinto é aguçado, e o animal reage ao mesmo, podendo esperar dele, a mesma reação provocada pelo mesmo estímulo. Já o ser humano é imprevisível em suas reações. Pode até agir instintivamente, mas, na grande maioria das vezes, suas ações são planejadas, pensadas de acordo com o resultado que se almeja alcançar. E esta se deu através da resposta humana ao estímulo do trabalho.

Contudo, o trabalho bem como o ser humano foram se desenvolvendo e ambos passaram por diversas transformações.

Com o andamento da história é possível perceber o desenvolvimento do trabalho desde a sociedade primitiva, sempre com o objetivo de suprir as necessidades para a sobrevivência do ser humano. Nas sociedades gregas e romanas, o trabalho servil através da escravatura rompe também com o feudalismo da Idade Média, e com a Revolução Industrial o trabalho assume o caráter de assalariado.

A Revolução Industrial acontece a partir do século XVIII, principalmente na Inglaterra, e as mudanças ocorridas em função desse advento alteraram de maneira significativa a relação entre o trabalho e o ser humano, inclusive o que tange a vida do trabalhador não somente no aspecto econômico, como ainda, cultural e social.

O trabalho assalariado impacta a todos os trabalhadores e por isso, não é aceito de modo fácil. Podemos perceber isso de melhor maneira através de SILVA, (2007), p. 81:

O referido processo de transição não foi tranqüilo e pacífico, isto é, os produtores rurais, os camponeses, não se converteram em assalariados por considerar isto um “bom negócio”. Segundo Marx, para abreviar as etapas de transição, muitas vezes a força exerce a função de parteira, configurando-se, nesse sentido, como uma verdadeira potência econômica. Desta forma “[...] a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura”. Esclarece ainda, “[...] a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação, constitui a pré-história do capital”. “[...] o capital, ao surgir, escorem-lhe sangue e sujeira por todos os poros, da cabeça aos pés”.

O trabalho assalariado se impôs entre os trabalhadores da época através do castigo físico, estes eram açoitados e castigados a fim de que o trabalho fosse executado, outro motivo que os fez aderir a esse novo modelo de trabalho foi o fato que fora tirado deles a sua maior fonte de seu próprio trabalho como meio de garantir sua sobrevivência. Não tinham mais a terra para trabalhar e em função de perdê-la não encontraram outra saída, tiveram que necessariamente se inserir nesse novo mundo que a Revolução Industrial lhes apresentava.

Contudo, o processo de desenvolvimento econômico capitalista, concebeu expressivos patamares de desigualdade sócio-econômica os quais não eram conhecidos até o momento, já que os trabalhadores expulsos do campo e expropriados dos próprios meios de existência viram a sua frente à única alternativa de sobrevivência ao vender sua força de trabalho ao capitalista a preço qualquer. Teixeira apud Silva (2007) p. 87 ressalta que “o assalariamento foi assim acompanhado por uma miséria aparente e por condições de vida e de trabalho degradantes para imensa maioria da humanidade”. (SILVA, 2007).

Com isso, Silva (2007) p. 87, se reporta a Marx, a fim de melhor expor o trabalho assalariado:

[...] é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence a sua característica, portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas, esgota-se fisicamente e arruína o espírito. [...] Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas, imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades.

A fim de reforçar esse aspecto, vale trazer o que menciona Saffioti, (1979) p. 361:

[...] “É, pois enquanto atividade negadora do homem, que o trabalho afirma o sistema capitalista de produção. Na medida em que, para o trabalhador, o trabalho não se desenvolve como objetivação *de si para si*, ele se torna, de um lado, um mero meio de se obter satisfação fora do trabalho e, de outro lado, algo estranho no qual o homem não se pode reconhecer”.

Com o transcorrer do tempo, a produção capitalista progrediu a ponto de que o uso da força já não se fizesse necessário, pois o costume a respeito foi passado através da educação, da tradição e a classe trabalhadora sem perceber aceitou as exigências do capitalismo. Os instrumentos de açoite usados com fins de que o trabalho fosse executado de maneira imposta, foram trocados por regras, e hierarquias, configurando outro modo de dominação, mais sutil, porém, ainda perverso e cruel. (SILVA, 2007).

Em seguida, nas indústrias máquinas são introduzidas, e onde antes havia trabalho para um número considerável de trabalhadores, agora, ocupando seus lugares e efetuando o mesmo trabalho está a máquina.

Isso nos remete ao fato de que na maioria das vezes o trabalho já não se caracteriza na realização humana, e isso acontece na sociedade capitalista. E assim surge o trabalho coisificado, estranhado ou alienado, abstrato, submetido ao capital sendo impresso uma forma histórica dele. (SILVA, 2007).

De acordo com Netto apud Silva (2007), p. 83, percebemos que:

“a realização da vida genérica do homem deixa de ser o objeto do seu trabalho; agora, esta atividade descentrou-se, inverteu-se mesmo: é a vida genérica do homem que se torna um instrumento para a consecução da sua sobrevivência física (orgânica, animal, natural)”.

E Silva ainda na seqüência acrescenta:

“Desta forma, o trabalho abstrato, coisificado, estranhado, ou alienado vincula-se a reprodução ampliada do capital, sendo histórico, portanto, podendo deixar de existir com a superação da sociedade capitalista. Ao contrário do trabalho concreto por ser uma categoria mediadora da sociabilidade humana”.

Assim, entendemos que a introdução da maquinaria provoca uma profunda mudança nas relações sociais do trabalho como ainda no modo de produção, e com isso, transformações relevantes são causadas no mundo do trabalho.

O que ocorre é que essas transformações impõem um novo padrão de comportamento a fim de que as necessidades do capital sejam suprimidas. De acordo com Silva, Braverman, aponta o surgimento da gerência primitiva. Essa assume formas rigorosas e despóticas já que a “força de trabalho livre” determinava métodos que reprimiam com a idéia de conformar os trabalhadores, na dimensão de que se habituassem às tarefas a serem designadas e com isso condicioná-los ao trabalho durante dias e anos. Com isso, de forma mais sutil a gerência acaba por assumir seu principal papel: o de controle do trabalhador. (SILVA, 2007).

Nisso ainda, a perspectiva protestante coloca que o trabalho é considerado em si a única finalidade da vida, e assim infere uma vocação que tendo em vista a ética, pudesse explicar as razões que justificasse a divisão do trabalho bem como suas especialidades, e ainda interpretar a obtenção do lucro com a intenção de demonstrar justas razões quanto às atividades dos homens de negócio. (SILVA, 2007).

Vejamos o que Weber apud Silva (2007), p. 88 ressalta a respeito:

[...] “a avaliação religiosa do trabalho sistemático, incansável e contínuo na vocação secular com o mais elevado meio de ascetismo e, ao mesmo tempo, a mais segura e evidente prova de redenção e genuína fé deve ter sido a mais poderosa alavanca concebível para a expansão dessa atitude diante da vida, que chamamos aqui de espírito do capitalismo.”

Assim podemos compreender que uma das relações existentes em função do trabalho, a religião, se coloca ao lado deste, imprimindo aos seus fiéis que o trabalho é a única finalidade da vida, e que importa ser um bom trabalhador, resignado e obediente na busca pela conquista da benevolência divina.

Além disso, ainda importa perceber que:

Numa perspectiva marxista, Antunes (2005) concebe o trabalho como instância de realização do ser social e condição para sua existência e humanização, destacando o seu caráter ontológico e centralidade social como protoforma do ser social e da práxis social. Entretanto, no modo de produção capitalista, o que deveria ser a

finalidade básica do ser social (no e pelo trabalho) é pervertido e degradado, isto é, o trabalho subjugado ao capital, tendo em vista que o processo de trabalho é apenas meio de sobrevivência, a força de trabalho é mercadoria que produz outras mercadorias. Assim, adverte o referido autor, o trabalho gera o antagonismo da riqueza-miséria, da acumulação-privação e do possuidor-possuído. (SILVA, 2007, p. 90).

Percebemos que no modo de produção capitalista, o trabalho perde o seu caráter ontológico destacando um novo caráter, o de trabalhador enquanto mercadoria, fadado a viver em meio a antagonismos como: riqueza-miséria, da acumulação-privação e do possuidor-possuído.

Por fim, percebemos que nas últimas décadas, a sociedade contemporânea esta permeada por consideráveis transformações as quais ocorreram principalmente em função da grande crise estrutural do capitalismo, bem como do seu sistema de produção que emerge no final da década de 1970. Em conformidade com isso, recebeu algumas respostas como o neoliberalismo, a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível. Determinando conseqüências como as complexas transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas, principalmente no que concerne o mundo do trabalho, dentre essas destacadas por Antunes apud Silva (2007), o expressivo desemprego estrutural, o aumento do trabalho informal e precarizado, a ausência da categoria “trabalho formal” bem como o aumento considerável da degradação na relação metabólica entre homem e natureza, guiada pela lógica que preserva a importância da produção de mercadoria valorizando assim o capital. (SILVA, 2007).

Essas transformações perpassam a sociedade como um todo, e onde já se percebe a desresponsabilização do Estado, que se esconde atrás do terceiro setor, não imprimindo ao cidadão seu real valor enquanto trabalhador que sustenta o Estado e suporta este modo de produção que está posto, e que cada vez mais o desvaloriza, precarizando suas condições de trabalho e ainda o que percebe enquanto salário.

Mas ainda há muito que discorrer sobre o trabalho e a sociedade capitalista. A fim de melhor entendermos todo o processo pelo qual o capitalismo se estabeleceu na sociedade, a seguir veremos as formas de produção do modo capitalista.

2.2 Principais elementos do Taylorismo e do Fordismo

O Taylorismo, se apresenta como um modo de separar a concepção e a execução das tarefas as quais seriam parcelizadas o que faria com que os operários as executassem apenas com alguns gestos rudimentares. Nesse processo de trabalho fragmentado, se ditava ao operário os gestos a serem realizados, importando a cadeia de montagem que se revela como forma extrema desse princípio. (BIHR, apud NOGUEIRA, 2004).

Ao criar essa forma, Taylor sistematizou a produção por perceber que o trabalho podia ser efetuado em parcelas e distinguiu ai a concepção da execução das tarefas.

Taylor percebeu que a capacidade produtiva de um trabalhador de experiência média era sempre maior que sua produção “real” na empresa. Verificava que, se por um lado a destreza adquirida com o tempo aumentava sua produtividade, por outro, parte desta era perdida na troca constante de operações, de ferramentas, nos deslocamentos dentro do espaço fabril etc. (PINTO apud ALBRECHT, 2009 p. 13).

Através dessa forma, Taylor desenvolve uma produção onde os movimentos de cada operário são premeditados, a fim de que não hajam ações fora do esperado não comprometendo a produção.

Criado por, Henry Ford no ano de 1913, o fordismo constituia de maneira inicial uma forma de produção e gerenciamento que tinha por objetivo desenvolver o aumento da produção e assim conquistar um elevado número de consumidores. (NOGUEIRA, 2004).

De acordo com Gounet apud Nogueira (2004), Ford se encontra com a forma de trabalho criada por Taylor onde os operários especializados eram responsáveis pelo todo da fabricação de um automóvel, e já que muitas peças compoe esse todo, e este automóvel era montado de maneira quase que totalmente artesanal a produção se apresenta de forma lenta, e a mercadoria acaba por ter um alto valor.

Diante dessa realidade, Henry Ford altera essa forma anterior de produção, onde cada operário montava sozinho um automóvel, e faz com que cada operário faça um determinado serviço dessa montagem otimizando dessa forma a

mesma, fazendo assim cair o custo da produção deste bem. (GOUNET apud NOGUEIRA, 2004).

Com intuito de potencializar a indústria automobilística, Henry Ford, desenvolve o fordismo modificando a forma de produção a fim de atender o potencial de consumo das massas. (GOUNET apud NOGUEIRA, 2004).

O fordismo resistemizou a produção criada por Taylor, fazendo com que cada operário concentrasse seus esforços na produção de uma mesma peça, e dessa forma, conseguiu diminuir o tempo de montagem de um automóvel.

No fordismo, podemos entender que cada operário se estabeleceu em especialista na peça que desenvolvia, o que acelerava o processo de sua confecção uma vez que quanto mais a fabricava, mais habilidade desenvolvia já que a aplicava na construção da próxima.

Apresenta ainda a forma hierarquizada da organização do trabalho. Seu organograma lembra uma pirâmide, onde a base é composta pelos operários, o degrau seguinte está composto por uma equipe de gerentes, e assim sucessivamente até encontrarmos no topo os presidentes da organização. (NOGUEIRA, 2004).

Essa forma de organização faz com que os cargos sejam distintos, e que cada empregado saiba exatamente qual sua função, e quem está acima dele. A fim de manter seu cargo, cada qual se subordina ao seu superior e realiza suas tarefas conforme as especificações recebidas por ele.

É preciso lembrar que na base desse sistema, encontra-se a força de trabalho não especializada ou de pouca especialização. Estes trabalhadores são os responsáveis pelos movimentos que exprimem a marca registrada da empresa. E para tanto, são submetidos a rotinas exaustivas. (RIFKIN apud NOGUEIRA, 2004).

Percebemos que são os trabalhadores de base que mantêm tanto a empresa quanto esse modelo de hierarquia em movimento, por serem a grande massa responsável por manter em funcionamento a produção sistemática das fábricas de modelo fordista.

A característica que preconiza o binômio fordismo-taylorismo é justamente o fato de se ter mesclado a produção em série apresentada por Ford com o cronômetro de Taylor. Expõe ainda um trabalho fragmentado imprimindo uma linha de demarcação nítida entre o elaborar e o executar de uma tarefa. Dessa forma, o produtivo e o trabalho centrado desencadearam o processo que transformou a

indústria que expandiu o operário-massa, o trabalhador coletivo das grandes empresas que revelavam uma forte hierquização. (ANTUNES apud NOGUEIRA, 2004).

Ford, aliou o cronômetro usado por Taylor à produção em série. Isso agilizou o processo de produção, uma vez que nesta forma, cada operário produzia apenas uma peça, e quanto mais a produzia, mais especialista ficava em sua produção, acelerando ainda mais o processo.

O binômio fordismo-taylorismo expôs uma tecnologia de submissão. A disciplina que regia fez com que os trabalhadores fossem envolvidos num bloqueio maior da atividade mental quando separou o trabalho manual do trabalho intelectual. Assim, os trabalhadores não se percebem como parte integrante do processo total do trabalho na maioria das vezes sequer tem conhecimento do porquê realizam essas tarefas. (MENICUCCI, apud NOGUEIRA, 2004).

Percebemos assim, que esse binômio, imprimiu a alienação do trabalho, onde os operários produziam em grande quantidade, em série, sem entender o real motivo pelo qual estavam produzindo.

De acordo com Antunes apud Albrecht (2009), o taylorismo/fordismo realizava uma desapropriação de maneira intensa do operário-massa, e o destituiu de qualquer participação na organização do processo de trabalho, o qual se resumia a uma atividade repetitiva que não imprimia sentido algum. Ao mesmo tempo, o operário-massa era rotineiramente convocado a corrigir as deformidades e enganos cometidos pela “gerência científica” como ainda pelos quadros administrativos.

Embora não percebesse, essa massa operária se fazia fundamental nesse processo que se iniciava porém, não tinha a consciência dessa importância, por fazer um trabalho deveras repetitivo e exaustivo, mas, que quanto mais o fazia, mais especialidade adquiria.

Ainda segundo Antunes apud Albrecht, (2009). p. 14 percebemos que:

“o binômio taylorismo-fordismo é considerado uma linha rígida de produção que articulava diferentes trabalhos, utilizando a esteira para fazer as interligações entre os trabalhadores. Tal processo caracterizou-se pela mescla entre a produção em série fordista e o cronômetro taylorista, além da separação visível entre a elaboração e a execução das atividades laborativas”.

Assim percebemos que a idéia é ter uma linha de produção inflexível em série, que perceba grandes quantidades, e atenda as expectativas de uma montagem mais ágil, que permita uma rápida conclusão da mercadoria a fim de logo estar na área de venda.

Ao findar a década de 1960, conforme Antunes apud Silva (2007), os trabalhadores atingiram seu ponto máximo em suportar os pilares constitutivos da sociabilidade do capital, e começaram a questionar não apenas este, mas, principalmente ao que se refere ao controle de produção.

A crise no modelo fordista está aparente, e Antunes apud Silva (2007) p. 95, aponta os principais motivos dessa crise:

- 1) Queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistada durante o período pós 45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivaram o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
- 2) O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dada pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava.
- 3) Hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e de seu sistema de produção colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação na nova fase de internacionalização.
- 4) A maior concentração de capitais graças às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas;
- 5) A crise do Welfare State e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do estado Capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;
- 6) Incremento acentuado de privatizações, tendências generalizadas à desregulamentação e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimem esse novo quadro crítico.

Essa crise imprime em seu contexto mais profundo, uma crise estrutural do capital, e em resposta, tem início o processo de reorganização do capital, bem como de seu sistema ideológico e político de dominação. Em meio a esse contexto, tão conturbado da crise estrutural, surge uma nova forma de produção, o qual explanaremos a seguir.

2.3 O Toyotismo

O Japão nos apresenta o toyotismo, criado por Taiichi Ohno, que se manteve como vice presidente da fábrica Toyota durante alguns anos. Tinha como questão a necessidade de elevar a produtividade quando as quantidades não se elevavam. Dessa forma, pode perceber que esta questão se apresentava como principal problema do fordismo, onde havia falta de eficácia fazendo com que o crescimento fosse lento por ser um modo adequado as quantidades, porém, essas ficavam sem compradores, e produto sem giro gera custos. O sr. Ohno encontra resposta a essa questão na nova situação de crescimento lento que o fordismo evidenciava. (GOUNET apud NOGUEIRA, 2004).

O toyotismo pretende em seu nascimento, aliar baixo custo de produção com maior giro de mercadorias, o que não acontecia no fordismo, onde o custo de produção era alto, e por isso, os estoques cresciam, se presenciando um volume baixo de vendas.

Vemos aqui que o Toyotismo busca atender as necessidades do sistema capitalista, o qual demonstra por foco o lucro, tendendo sempre a buscar novos meios com intuito de reduzir custos, aumentar a produção, diminuir número de trabalhadores, e claro, com isso, aumentar os lucros.

De acordo com Coriat apud Silva (2007) p. 97, vemos que:

O sistema Toyota teve sua origem na necessidade particular em que se encontrava o Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos; em seguida evoluiu para tornar-se um verdadeiro sistema de produção. Dada sua origem, este sistema é particularmente bom na diversificação. Enquanto o sistema clássico de massa planificado é relativamente refratário à mudança, o *sistema Toyota* ao contrário, revela-se muito plástico; ele adapta-se bem às condições de diversificação mais difíceis. É porque ele foi concebido para isso.

Com isso, percebemos que a intenção na criação desse modo, está pautado no princípio de uma produção de pequenas quantidades, muito diversificadas. Isso é o que lhe diferencia do fordismo. Sua operacionalização é totalmente diferente da produção em massa proposta por Ford, e com isso, se adapta facilmente nesta diversificação mesmo que apresente dificuldades, pois, a idéia era suprir a necessidade apresentada pelo Japão na época de seu surgimento.

A idéia trazida pelo toyostismo se vale do fato de que para atender as exigências de mercado, ainda que as mais individualizadas, é preciso dispor do melhor tempo, porém preservando a melhor qualidade, e para isso a produção precisa sustentar um processo mais flexível, de modo que apenas um operário seja capaz de manipular diversas máquinas, e com isso extinguir com a relação de um trabalhador por máquina a qual era o fundamento do fordismo. (ANTUNES apud ALBRECHT, 2009).

O que faz com que esse novo sistema se destaque em relação ao anterior, segundo Antunes apud Silva (2007) p. 98, são os seguintes fatores:

- 1) *é uma produção muito vinculada à demanda*, visando atender às exigências mais *individualizadas* do mercado consumidor, [...] sua produção *é variada e bastante heterogênea*, ao contrário da homogeneidade fordista;
- 2) fundamenta-se no trabalho operário em *equipe*, com *multivariabilidade* de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3) a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar *simultaneamente* várias máquinas (na Toyota, em média até 5 máquinas), alterando-se a relação *homem/máquina* na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
- 4) tem como princípio o *just in time* o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- 5) funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
- 6) as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, tem uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. [...] Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, *kanban*, *just in time*, *kaizen*, *team work*, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo;
- 7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são *instigados* pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava;
- 8) o toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a *exclusão* das mulheres), além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade”.

Isso evidencia de acordo com Antunes apud Silva (2007) p. 99 que “o Toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando

fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia”. Ou seja, é mais um modo que coopera com o capitalismo, e que segue na direção direta da obtenção do maior lucro, mesmo que com isso o trabalhador seja ainda mais desprestigiado, não importando como este estará inserido no mundo do trabalho a fim de que a despesa para tanto seja pequena e que aumente consideravelmente o lucro.

Podemos entender isso de maneira mais clara ao perceber o que destaca Coriat apud Albrecht, (2009) p. 18:

Nas entrelinhas se desenha aqui aquilo que seríamos tentados a designar como “a fábrica mínima”, a fábrica reduzida às suas funções, equipamentos e efetivos estritamente necessários para satisfazer a demanda diária ou semanal. Observa-se também que, no espírito no Ohno, a fábrica mínima é primeiramente e antes de tudo a fábrica de pessoal mínimo.

Com isso percebemos que a concepção de Ohno implantada na fábrica da Toyota foi de que o conceito de economia estava fortemente condicionado a redução de diversos custos bem como de efetivos, pois, entendia que essa reduzia consideravelmente os custos totais os quais são primordiais para o crescimento e sobrevivência de um negócio. (CORIAT apud ALBRECHT, 2009).

E na tentativa de diminuir os custos com efetivos surgiu o operário multifuncional, que como já sugere a palavra, realiza diversas funções ao mesmo tempo, deixando dessa forma de existir o padrão desenvolvido por Ford, onde cada operário realizava apenas um tipo de tarefa.

Rifikin apud Nogueira (2004), reforça essa idéia, quando ressalta que o toyotismo tinha por objetivo o suprimento de certa necessidade a qual se demonstrava restrita, para isso fez a combinação entre tecnologia de ponta com um determinado tipo de gerenciamento que se dispôs a utilizar de recursos menores e número ínfimo de trabalhadores, dessa forma, recebeu o nome de produção enxuta.

O nome produção enxuta, reforça ainda mais esses pequenos números usados para a produção, tanto de trabalhadores quanto de custo reduzido, pois é o que entendemos quando usamos a palavra enxugar, que por sua vez, sugere sinônimos como: diminuir e reduzir, sendo que a idéia para o toyotismo é apenas de reduzir custos, sejam estes tanto da empresa quanto em número de operários mas com o único fim de aumentar os lucros.

Antunes apud Albrecht (2009), usa Gounet e faz referência de que o toyotismo foi um modo de responder a crise que se estabeleceu no fordismo na década 1970. Onde faz a troca do trabalho desqualificado pelo polivalente. O operário não trabalha mais sozinho. É integrado a uma equipe. Descarta-se a idéia da produção massiva de veículos que são vendidos a pessoas desconhecidas, e absorve-se a idéia de que se fabrica produtos que satisfazem a própria equipe. Com isso surge a idéia mascarada de que o toyostimo faz desaparecer o trabalho repetitivo que desmotivava e embrutecia o trabalhador para envolvê-lo num contexto onde produz bens para seu próprio deleite como também de seus colegas de trabalho, uma vez que também são consumidores do que produzem.

Com isso vemos que a intenção do capitalismo não está unicamente no fato de explorar a força de trabalho do trabalhador, mas, pretende também, explorar a sua subjetividade, despertando nele anseios e necessidades, e assim fazer com que sempre consuma algo novo. (HARVEY, apud NOGUEIRA, 2004).

Ou seja, o trabalhador é visto pelo capitalismo também como consumidor em potencial. Importa que os produtos por ele produzidos lhe desperte a vontade de adquirí-los. Para tanto, é efetuado todo um enredamento da subjetividade do trabalhador, de maneira tal que este vê a real necessidade em adquirir determinados produtos, e muitas vezes não percebe que esta “necessidade” foi criada pelo próprio capital na intenção, de aumentar as vendas e obter maior lucro.

Nogueira (2004), traz que o capital tem por lógica, não somente explorar a força de trabalho do trabalhador, mas ainda a sua subjetividade, com isso faz que tenha um necessidade constante de consumir algo novo.

De acordo com Albrecht (2009), é no auge do toyotismo que ocorre grande demissão de trabalhadores, o que faz com que os que ainda estão empregados se sujeitem a operar de acordo com a lógica daquela produção. Dessa forma, os operários que continuaram em seus postos de trabalho viram-se forçados a cumprir determinado número de horas extras recebendo em troca a precarização do trabalho. Nesta continuidade exigiram que o trabalhador incorporasse a polivalência e a multifuncionalidade, sendo que o foco dos detentores do capital continuou sendo a produtividade, a qual por hora se condicionava aos artigos variados que se produzia a fim de sanar as necessidades dos consumidores.

Dessa forma, o custo para se manter a fábrica em funcionamento, reduzia consideravelmente e de maneira proporcional aumentavam os lucros.

Estas novas formas de organização do trabalho demonstram mudanças profundas no contexto social.

Silva (2007) p. 100-101 traz que de acordo com Antunes,

“as metamorfoses no mundo do trabalho, causando a diminuição da classe operária industrial, a expansão do trabalho assalariado, no setor de serviços, fortalecendo a heterogeneização do trabalho: a subproletarização, isto é, o trabalho parcial, subcontratado, terceirizado e precarizado”.

Essas por sua vez fomentam a necessidade de flexibilização dos direitos trabalhistas, fazendo com a força de trabalho humana esteja direcionada de acordo com a proporção das necessidades do mercado consumidor. Isso gera um número mínimo de trabalhadores, a ampliação da jornada com o trabalho de horas extras, e assim, o mercado se torna o gestor dos empregos temporários, os quais são dispostos conforme seus movimentos alternados, tendo por resultado como consequência disto o desemprego estrutural.

O toyotismo, porém não fica restrito apenas ao Japão. Ele transpõe as fronteiras e também se instala em outros países, expandindo rapidamente sua forma de diminuir custos e com isso proporcionar um aumento de lucros.

Percebemos então que o Toyotismo abre as portas para um novo processo de organização do trabalho chamado de reestruturação produtiva, a qual teve por ponto de partida para seu desenvolvimento a crise fordista demonstrando uma nova expressão do processo de racionalização do trabalho. (NOGUEIRA, 2004).

A seguir veremos como a reestruturação produtiva alcançou esse novo processo de racionalização do trabalho, e quais as principais características que apresenta em seu contexto.

2.4 Reestruturação Produtiva

Vimos anteriormente que o toyotismo dá início a reestruturação produtiva, pois é parte integrante desse novo processo de organização do trabalho que se desenvolve a partir da crise do fordismo.

Podemos perceber que com o decorrer da história, o capitalismo foi se transformando de várias maneiras. Porém, foi a partir de 1973, com o modo de produção em vigor; o toyostismo que se inicia um intenso processo na reestruturação das relações sociais que formam o capital. Assim percebemos que o toyotismo substitui o padrão taylorismo/fordismo e dá origem ao que foi chamado por David Harvey através das experiências que observou no ocidente, de acumulação flexível. (NOGUEIRA, 2004).

Harvey apud Nogueira, (2004) ainda ressalta que a acumulação flexível cerca ainda mudanças que aconteceram rapidamente nos padrões de desenvolvimento desigual, cria um enorme movimento no emprego que é nomeado de “setor de serviços”.

Esses acontecimentos desencadeados têm início na crise do regime de acumulação do capital. Bihir apud Nogueira, (2004) p. 32-33 aponta quatro fatores que são relativos a essa crise como ainda ao enfraquecimento do fordismo:

- A diminuição dos ganhos de produtividade. Segundo o autor, “isso se explica pelos limites, tanto técnicos quanto sociais, encontrados a partir desse período pelos métodos tayloristas e fordistas de produção”
- A elevação da composição orgânica do capital. A obtenção constante de ganhos de produtividade tem como condição uma elevação da composição técnica do capital: da composição da massa do trabalho morto e a do trabalho vivo que ele mobiliza.
- “A saturação da norma social de consumo. A regulação do fordismo implicava que o processo de consumo privado se centrasse em certo número de bens duráveis (automóveis, residências, eletrodomésticos)”. Para Bihir, o mercado da era fordista saturou-se progressivamente ao longo dos anos de 1960 e 1970, levando a uma retração das vendas incompatíveis com uma crescente produção em massa que necessitava ser consumida.
- O desenvolvimento do trabalho improdutivo, “principalmente do trabalho que garantia a circulação do capital (gestão, comercialização, bancos e seguros) ou o conjunto das condições sociais, institucionais e ideológicas da reprodução do capital (principalmente concentrado nos aparelhos do Estado)”. Isso porque “[...] o trabalho improdutivo limita a valorização do capital e a escala de sua acumulação se todas as outras coisas permanecem iguais”.

Esses elementos foram fundamentais para o enfraquecimento do modo taylorismo/fordismo. De acordo com Nogueira (2004), Bihl destaca que a associação desses quatro fatores ocasionaram uma redução da taxa média de lucro, de início nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, e em seguida a todos os países ocidentais.

Podemos ainda perceber que esses fatores demonstram não somente a crise do padrão fordista/taylorista, como ainda inicia a instauração da crise estrutural do capital.

Segundo Antunes apud Nogueira, (2004) em resposta a sua própria crise, o capital cria um novo processo com intuito de reorganizar-se, bem como o seu sistema ideológico e político de dominação. O exemplo que evidencia essa resposta é o advento do neoliberalismo, que apresenta por base características como privatizações do Estado, e a precarização dos direitos trabalhistas.

Dessa forma, a acumulação flexível tem por sua aliada o neoliberalismo, que presume um Estado mínimo que responsabiliza o cidadão por suas mazelas, bem como pelo desemprego, empurra sua responsabilidade aos demais setores da sociedade, aliando-se ao capital nesse sistema ideológico-político de dominação dos trabalhadores.

É preciso ter o cuidado de discutir o neoliberalismo não somente como uma forma de organização econômica, mas também como uma cultura que amplia a sujeição dos trabalhadores, afligindo vontades, auto-estima e dignidade. (CASTRO, apud NOGUEIRA, 2004).

Vale lembrar que o neoliberalismo é parte integrante desse novo processo instaurado pelo capital e que teve seu início nos marcos do toyotismo. Com este e sua flexibilização o mercado recebeu respostas estantaneas que acabaram abalando consideravelmente e de maneira direta o mundo do trabalho, e dessa forma, ampliaram a fragmentação da classe trabalhadora, uma vez que o trabalho agora é em equipe e o trabalhador necessariamente tem que “vestir a camisa da empresa”, e dessa forma demonstrar que está em conformidade com essa nova relação de assalariado. (NOGUEIRA, 2004).

Essa idéia de vestir a camisa da empresa, demonstra um trabalhador que muitas vezes não consegue perceber o quanto seu trabalho, seu salário, estão precarizados, em função de ter alguns benefícios, que na verdade são direitos que estão sendo desmantelados. Por não perceber esse fato, entende que a empresa

oferece mais do que já teve em qualquer emprego, e que portanto merece sua lealdade acima de tudo.

E dessa forma, o capitalismo segue, com suas transformações, acentuando cada vez mais a exploração do trabalhador.

Vejam os abaixo, alguns traços característicos desse novo modo de acordo com Antunes apud Nogueira (2004) p.35:

1. é uma produção mais diretamente vinculada aos fluxos da demanda;
2. é variada e bastante heterogênea e diversificada;
3. fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade e flexibilidade de funções, na redução das atividades improdutivas dentro das fábricas e na “ampliação e diversificação das formas de instensificação da exploração do trabalho”;
4. tem como princípio o just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção, e funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque, que no toyotismo deve ser mínimo. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior. Na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela horizontaliza o processo produtivo e transfere a “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela.

Verificamos que com esses aspectos apontados acima, o custo é reduzido já que se prioriza o melhor aproveitamento possível. Dessa forma, minimiza-se os estoques e ainda usa-se de terceirização a fim de baratear a produção. Pouco do que se produzia no interior da fábrica ainda é produzido e assim, abre cada vez mais espaço a precarização do trabalho, a fim de que os detentores do capital possam obter maiores lucros.

Antunes apud Nogueira (2004), ainda lembra que o engano da qualidade total passa a ter um papel de destaque no processo produtivo. Os Círculos de Controle de Qualidade são reproduzidos formando-se grupos de trabalhadores que são estimulados pelo capital para debater o trabalho e seu desempenho, com intuito de aprimorar a produtividade e a lucratividade da empresa. Essa é a recente forma através da qual o capital se apropria do conhecimento processual intelectual do trabalho. A arbitrariedade do taylorismo se mistura com o engendramento do trabalho, com o envolvimento dos trabalhadores, através de um processo muito mais intenso de interiorização do trabalho estranhado, onde o operário acaba por pensar

e executar pelo e para o capital o que evidencia uma subordinação do trabalhador ao capital ainda mais penetrante.

A intenção é fazer com que o trabalhador acredite na falácia da qualidade de vida no trabalho, disfarçada no sutil princípio de quanto melhor e mais envolvido com a empresa estiver o trabalhador, mais e melhor produzirá. Com isso, as empresas investem em treinamento e motivação do trabalhador, a fim de que este esteja enredado nessa teia de tal forma que não perceba o quanto é explorado e que não recebe enquanto salário o valor justo pelo o que produz.

Antunes apud Albrecht (2009) salienta que o resultado mais impactante de todas essas mudanças está pautado na expansão sem precedentes do desemprego estrutural na era moderna o qual permeia o mundo de maneira geral. Em síntese, podemos expressar que existe um processo contraditório onde de um lado diminui o operariado industrial e fabril, e de outro faz crescer o subproletariado, o trabalho precarizado, bem como a dissipação do trabalho assalariado no setor de serviços. Absorvendo o trabalho feminino, excluindo os jovens e também os mais velhos. Porém, existe um outro processo, o de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Dessa forma, flexibiliza-se, o próprio trabalho, como também os direitos dos trabalhadores propicia-se o crescimento da informalidade, e com isso há uma consequente perda das conquistas trabalhistas. (NOGUEIRA, 2004).

Percebemos que o trabalhador está cada vez mais se conformando com essas transformações que muitas vezes está mascarada na troca de termos: trabalhador por colaborador; gratificação salarial por participação nos lucros; operário por co-empresendedor. Trocando seus direitos por facilidades que nem no seu mínimo suprem as conquistas realizadas ao longo do tempo.

O trabalhador hoje necessita se perceber enquanto ator principal e fundamental neste processo, evitando cair no erro de aceitar toda essa transformação como normal, abrindo mão de maneira muito fácil daquilo que essa classe levou anos na busca e na conquista.

Toda essa flexibilização afetou diretamente o mundo do trabalho, e com isso percebeu-se um grande aumento das mulheres no meio produtivo. Onde geralmente estão inseridas em postos precarizados, de carga horária reduzida, nos tercerizados ou informais. Também fez com que algumas mulheres, acabassem por levar o trabalho para casa, afetando diretamente seu espaço reprodutivo. Isso faz

com que as desigualdades entre gêneros se apresentem de maneira ainda mais intensificada. (NOGUEIRA, 2004).

Assim a seguir discorreremos sobre como todo esse processo tem afetado a divisão sexual do trabalho.

2.5 A Divisão sexual do trabalho

Conforme foi possível observar no primeiro capítulo, onde fizemos uma explanação sobre família, sempre houve uma divisão de trabalho entre homens e mulheres, desde a era primitiva. Geralmente o homem era o responsável por atividades fora do espaço da família, e a mulher, por consequência, assumia as tarefas que por fim foram denominadas de domésticas.

De acordo com Nogueira, (2006), a divisão social e sexual do trabalho antecede a era cristã, onde é possível perceber tanto a mulher livre quanto a mulher escrava, pois ambas participavam de trabalho no espaço pertencente à esfera doméstica, sendo responsáveis pela manutenção e subsistência no que tange a alimentação e higiene dos homens e crianças.

Nogueira afirma que a divisão sexual do trabalho é algo antigo, confirmando que esta parece sempre ter existido entre os seres humanos.

Isso é ressaltado por Kergoat apud Hirata (2002) p. 280-281, que além de perceber essa divisão sexual do trabalho como algo que se configura no decorrer da história, ainda revela as relações de poder e hierarquia que se determinam pela divisão sexual do trabalho, conforme abaixo.

A conceitualização da divisão sexual em termos da relação social baseia-se, ao contrário, na idéia de uma relação antagônica entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. Essa divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder. “A divisão sexual do trabalho encontra-se em todas as sociedades; historiadores, sociólogos e etnólogos demonstraram que as modalidades dessa divisão variam fortemente no tempo e no espaço (...), mas, embora as modalidades mudem, a verdade é que a divisão sexual do trabalho é sempre estruturada por um princípio hierárquico: o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino”. A divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das

relações sociais entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas. A divisão sexual do trabalho é, assim, indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas. Essa teoria da divisão sexual constitui-se como alternativa aos paradigmas sociológicos que não levam em conta a “sexualização” do social.

Ou seja, a divisão sexual do trabalho está permeada pela dominação que o homem exerce sobre a mulher, e, portanto estão em jogo também as relações de poder, onde o trabalho masculino é mais valorizado do que o feminino, sendo por isso que entrelaça-se nas relações sociais e imprime relações desiguais que são antagônicas, assimétricas e hierarquizadas.

Em Nogueira (2006), vemos que Marx e Engels abordaram primeiramente o assunto como divisão natural do trabalho tanto na família quanto na separação da sociedade, onde observam uma distribuição desigual tanto quantitativa como qualitativa, trazendo a luz o fato de que filhos e esposa são escravos do marido.

Esses autores exprimem aqui a característica principal da família patriarcal, onde o homem (pai) se reporta como se fosse dono da esposa e dos filhos exercendo sobre eles poder autoritário compreendendo-os enquanto servis. Destacam também uma distribuição desigual das tarefas onde filhos e esposa mais parecem escravos do que membros da família.

Levando em conta a concepção materialista segundo Engels, a produção e a reprodução da vida imediata é fator decisivo para a história, uma vez que se apresenta em dois tipos: a produção para se manter a subsistência como alimentos, roupa, habitação; e a produção enquanto continuação da espécie, a produção do homem em si, sendo que essas espécies estão condicionadas independentemente de época e país, através do grau de desenvolvimento do trabalho, e também o da família sendo que a sociedade apresenta um regime familiar totalmente submetido às relações de propriedade, que constituem luta e contradições de classe que se apresenta até nossos dias. (NOGUEIRA, 2006).

Ou seja, na família também se vive o contexto da contradição, da luta de classe, onde mulher e filhos buscam efetivar seu espaço, uma vez, que o único espaço reconhecido como legítimo era o do patriarca.

Entre os séculos XV e XVIII, também percebemos a divisão social e sexual do trabalho. De acordo com Scott apud Nogueira (2006), as mulheres

casadas, e de maneira mais acentuada as mulheres solteiras, trabalhavam como ambulantes, amas de leite e lavadeiras. Na indústria, sua presença aparecia no ramo da seda, como também de metal e olaria. E havendo conflito entre o trabalho e o cuidado com os filhos as mulheres não demoravam em deixá-los com amas de leite, ou ainda ao cuidado de outras pessoas para não desistirem de seus postos empregatícios.

Percebemos aqui, que a mulher mesmo nessa época já procurava se estabelecer no meio produtivo, e que isso muitas vezes fazia com que abrisse mão, em parte, do ambiente reprodutivo, quando para permanecer na colocação em que estava diante do mundo do trabalho, preferia deixar seus filhos com outras mulheres.

No início da Revolução Industrial, surge o proletariado feminino. Mas, algumas mulheres sofriam preconceitos e por isso não eram empregadas pelos homens donos das fábricas. Dessa forma, se voltaram ao trabalho doméstico, de maneira especial dispensavam seus esforços em casas de mulheres que pertenciam à burguesia. (NOGUEIRA, 2004).

Com a introdução das indústrias no Brasil, provavelmente as mulheres trabalhadoras viram nelas, uma chance de ampliar seus postos de trabalho, bem como de melhorar seus ganhos. Mas, por serem discriminadas pelos homens, acabaram por vender sua força de trabalho no espaço doméstico, fazendo o serviço nas casas de outras mulheres que podiam remunerá-las pelo mesmo. Dessa forma, provavelmente, exerciam esse trabalho duas vezes, já que primeiramente o faziam em casa alheia, e posteriormente na própria casa onde habitavam, havendo um esforço dobrado, sendo profundamente exaustivo executar as tarefas que lhes eram pertinentes.

Engels apud Nogueira (2006) percebeu que o homem ainda predominava sobre a mulher na família moderna, e com isso, expressou que a igualdade social entre ambos só existirá quando por lei fossem instituídos direitos absolutamente iguais.

As mulheres continuam a sofrer discriminação, e ainda são subordinadas as vontades e imposições do mundo masculino. Engels já adianta que essa diferença só será extirpada quando mulher e homem forem vistos de maneira igual pela justiça, e essa faça a suas leis sem distinção de sexo.

Isso exprime uma conotação “natural” ao fato da mulher estar subordinada ao homem, legitimando essa subordinação e com isso a mulher permanece em situação de desigualdade histórica. (NOGUEIRA, 2006).

... “O teu desejo será para o teu marido e ele te dominará”. (Genesis 3:16). Quando a mulher comeu do fruto proibido e deste fez comer o homem, o castigo que por ela foi recebido de Deus, foi, o de que seria dominada pelo marido.

Não pretendemos aqui, discutir a veracidade ou não do que se apresenta. Com efeito percebemos que a partir de um determinado momento da história o fato da mulher ser “dominada” seja pelo marido ou ainda pelo pai, se destaca, e até hoje isso ainda é um determinante, talvez não tão propriamente ao que tange o ambiente familiar, mas principalmente ao que concerne a conquista de direitos iguais entre os sexos.

As próprias mulheres muitas vezes acham natural serem subordinadas aos seus maridos, e estas provavelmente também foram subordinadas ao pai, demonstrando estarem conformadas a essa condição, vendo isso como fato imutável, se dispendo a dar continuidade ao mesmo.

Percebemos então que, mesmo após a Revolução Industrial, a qual permitiu uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, as tarefas no ambiente reprodutivo ainda eram de total responsabilidade da mulher, o que determinou a organização da família operária patriarcal onde tanto marido quanto mulher são provedores, porém apenas à mulher é contemplada como dona de casa, o que confirmou a divisão sexual do trabalho de maneira desigual e que se mantém até a presente época. (NOGUEIRA, 2006).

Hirata (2002) analisa o salário complementar da seguinte forma: as mulheres se referem ao seu salário como complementar por sua conta, até mesmo quando recebem mais que o companheiro e assim o fazem na tentativa de exprimir a paz com seus maridos e como os homens em geral, com isso não percebem que estão praticando uma ideologia defensiva.

Dessa forma, desvalorizam também o seu trabalho, pois, uma vez que o salário é complementar, o trabalho pelo qual este é recebido também o é.

Segundo Hirata (2002) p. 234, podemos estruturar a problemática da divisão sexual do trabalho em três pontos:

- A divisão do trabalho entre os homens e as mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho. De um ponto de vista histórico, é possível observar que a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico, fábrica-escritório/família) surgiu simultaneamente ao capitalismo, e que a relação assalariada não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico (diga-se de passagem a essa noção de “trabalho doméstico” não e nem a-histórica nem trans-histórica: ao contrário, seu surgimento é datado historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades da divisão do trabalho entre os sexos, tanto no trabalho assalariado quanto trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção.
- A divisão do trabalho é um termo genérico que remete a toda uma série de relações sociais (cf. a divisão internacional do trabalho, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual...). A divisão do trabalho entre os sexos remete à relação social homens/mulheres, que atravessa e é atravessada pelas outras modalidades da divisão social do trabalho. [...].
- Embora a divisão sexual do trabalho se enraíze na atribuição prioritária do trabalho doméstico às mulheres, de modo algum pode ser considerada operante simplesmente no que diz respeito às mulheres, ao trabalho doméstico, à esfera do privado ou à da reprodução.

Dessa forma, podemos entender que o conceito de trabalho abrange tanto o trabalho assalariado quanto o trabalho doméstico a partir daí podemos perceber que tanto as particularidades de um quanto do outro não podem mais ser vistas como exceções num modelo que venha a ser considerado geral. Toda essa problemática sugere uma tentativa de recriar esse modelo geral do qual essas peculiaridades por sua vez sejam elementos constitutivos. (HIRATA, 2002).

Assim, ao mesmo tempo em que a mulher efetiva uma conquista, também carrega o peso da dupla jornada, de ter toda a responsabilidade com o espaço reprodutivo, mas que contribui efetivamente com a manutenção financeira do mesmo uma vez que é peça atuante no espaço produtivo.

Sabemos que algumas mudanças vêm ocorrendo na trajetória feminina nas duas esferas, produtiva e reprodutiva, porém, uma nova divisão sexual do trabalho ainda não aconteceu quando tratamos das tarefas domésticas. Arriscando um palpite, percebemos que ainda é a concepção conservadora que prevalece, compreendendo a mulher como principal responsável pela família, pois a transformação desses aspectos arruinaria a estrutura da família patriarcal e determinaria prejuízos imensuráveis para a lógica capitalista. Dessa forma, a

realidade da mulher hoje está em combinar esfera produtiva e reprodutiva seja por entrosamento ou por superposição. (NOGUEIRA, 2006).

Hoje, o que foi apontado por Nogueira ainda é bem perceptível, basta ouvir algumas mulheres sobre como são divididas as tarefas em sua casa, e veremos que não há divisão. Na maioria dos casos o que se apresenta é o companheiro que “ajuda”. E ainda que a mulher busque em seu espaço reprodutivo essa conquista, primeiramente, há que se romper com essa lógica que foi se reproduzindo ao longo dos séculos, onde ao homem cabe o trabalho fora do lar, e a mulher o trabalho dentro dele. Porém, na grande maioria dos casos, ela se conforma e aceita que as tarefas do espaço reprodutivo sejam realizadas somente, ou quase que na totalidade por ela.

Podemos perceber que nos últimos anos, de maneira geral no mundo, houve uma grande transformação no sexo que compõe o mercado de trabalho, refletindo na família de hoje que já apresenta homens e mulheres devidamente inseridos nesse mercado, e que ainda enfrentam os cuidados familiares os quais, geralmente são quase que totalmente absorvidas pelas mulheres. (BILA; FONTES; MACHADO, 2007).

Esse novo modelo apresentou novas oportunidades para as mulheres que desejavam participar do espaço produtivo, porém, em contra partida, não houve uma transferência que correspondesse da mesma forma, ao tempo investido pelo homem no espaço reprodutivo, o que manteve uma divisão sexual do trabalho com um aparente viés de gênero. (BILA; FONTES; MACHADO, 2007).

Com isso percebemos que os homens não aderiram ao espaço reprodutivo, e que resistem ao desempenhar as tarefas presentes no mesmo em razão da sua afirmação histórica de provedor, daquele que sai para trabalhar e, portanto, imputando para a mulher a responsabilidade total sobre as tarefas domésticas e sua conciliação entre si e ainda com o lugar que ocupa no espaço produtivo.

Com intuito de melhor entender como acontece à divisão sexual do trabalho no espaço reprodutivo, em seguida, abordaremos esta temática.

2.6 A Divisão sexual do trabalho na família

Sabemos que nesta instituição os papéis estão bem definidos e que mesmo após ter passado por diversas transformações, percebe-se ainda a evidência dos mesmos: pai, mãe e filhos e que, ainda é o modelo de família patriarcal que predomina. Pretendemos aqui fazer uma análise de como se desenvolve a divisão sexual do trabalho na família.

De acordo com Rosaldo e Lamphere (org) (1979), Barry, Bacon e Child demonstram em seu estudo que a socialização dos meninos geralmente é orientada na direção da realização, e autoconfiança, já as meninas recebem orientação quanto à criação, educação e responsabilidade.

Dessa forma, podemos perceber que as meninas eram preparadas para enfrentar o ambiente do lar, e os meninos o espaço fora dele.

Uma dona de casa não é vista como alguém que possui um papel de destaque na vida econômica de sua família, e por isso não se atribui grande valor as tarefas que se realizam no âmbito do lar nem do ponto de vista da própria mulher ou ainda da sociedade em função da ideologia existente. (ROSALDO; LAMPHERE (org), 1979).

A própria mulher muitas vezes aceita a desvalorização que lhe é imposta pela cultura e com isso endossa o ponto de vista desta, onde a participação da mulher enquanto alguém que apenas executa as tarefas domésticas é menosprezada.

Embora percebamos que é necessário que a mulher tenha um posto de trabalho assalariado a fim de sua emancipação, e assim não ter que depender de alguém quanto à questão financeira, é preciso entender que quanto à execução das tarefas domésticas, ainda não houve uma mudança, e a execução dessas tarefas também se fazem necessárias para o bom desempenho da vida familiar.

Não queremos aqui, sugerir que a mulher deva se submeter às tarefas domésticas, e sendo que estas já lhe dão trabalho em excesso, que não se insira no espaço produtivo. Antes queremos que haja a consciência da importância dessas tarefas que devem ser executadas, porém, que a responsabilidade das mesmas não caia apenas sobre a mulher.

Queremos ainda ressaltar que a mulher além de ter seu posto de trabalho no espaço produtivo, e que assume sozinha as tarefas domésticas do espaço reprodutivo, deve ser reconhecida por tal realização, assim como o homem, mesmo não sendo o único provedor da família (já que a mulher que está inserida no espaço

produtivo geralmente contribui com seu salário que muitas vezes é fundamental para a manutenção da família) é reconhecido e valorizado como tal.

Pois de acordo com Hirata (2002) p. 184, vemos que:

[...] a posição do trabalhador na família [...] interfere de maneira simetricamente oposta conforme o sexo a que pertence o trabalhador: *os homens têm sua posição no trabalho assalariado reforçada pela situação familiar*, sua situação de “provedor de fundos” assegura-lhes uma proteção relativa em face do desemprego; as mulheres vêem, ao contrário, sua posição na família enfraquecer sua situação profissional. De onde se pode concluir que *a paternidade ou a maternidade não têm as mesmas conseqüências sobre a manutenção do emprego operário*.

Isso nos remete ao fato de que a mulher também está sujeita a precarização no espaço produtivo, em função de sua natureza relacionada à família, sendo que a vida familiar afeta diretamente o espaço produtivo que a mulher desempenha, pois tem diferentes significados para homens e mulheres, mediante o conceito que se formou ao longo dos anos sobre os papéis femininos e masculinos na sociedade.

“Esse problema é reforçado pelo fato dos empregadores também verem as mulheres como as responsáveis pela supervisão da vida familiar. Isso tem como conseqüência uma discriminação, por parte da empresa, das mulheres casadas e uma nítida preferência pelas mulheres solteiras sem filhos e, portanto, sem “família pela qual se responsabilizar””. (HIRATA, 2002, p. 194).

Percebemos aqui, que a mulher casada sofre discriminação das empresas em razão das responsabilidades do lar que lhe é atribuída, como se essas necessariamente influíssem diretamente no seu espaço produtivo.

Engels (1985) p. 80, já afirmava que:

O governo do lar se transformou em serviço privado: a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a proletária – o caminho da produção social. Mas, isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e se quer tomar parte da indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas. Da mesma forma que na fábrica, é

isso que acontece a mulher em todos os setores profissionais, inclusive na medicina e na advocacia.

Na busca de sua realização, bem com de uma emancipação a mulher vai em busca de um posto de trabalho, a fim de se sentir valorizada, e ainda aumentar a renda da sua família, embora, a mulher tenha conquistado um lugar (geralmente precário) no espaço produtivo, ainda é ela a principal responsável pelo espaço reprodutivo, sendo que as tarefas domésticas quase que 100% estão sob sua responsabilidade.

Com isso podemos perceber que a mulher a partir do momento em que buscou sua emancipação através de um lugar no mundo do trabalho se viu fadada a dividir suas atenções nas esferas dos espaços produtivo e reprodutivo, e que o capitalismo até hoje usa o ambiente reprodutivo com intuito de aproveitamento das habilidades domésticas da mulher precarizando dessa forma seu trabalho e a ele atribuir pequenos salários. Também reserva a mulher os cargos de menor carga horária, também de baixos salários, julgando que esta aceitará a condição posta uma vez que necessita de menor carga de trabalho a fim de conciliar trabalho remunerado e doméstico.

A fim de conquistar sua emancipação, a mulher se submete a essas condições inserindo-se em espaços muitas vezes rejeitados pelos homens. Porém, não percebe que em casa, continua a mercê do patriarcalismo, e mesmo cansada do meio produtivo, no ambiente reprodutivo, muitas vezes abraça sozinha todas as tarefas domésticas, e na melhor das hipóteses, dispõe da “ajuda” vinda dos habitantes masculinos do lar, e esses, muitas vezes acham que o mínimo que fazem é o suficiente, imputando à mulher toda a responsabilidade por esses serviços.

Hirata (2002) p. 193, destaca que:

“A assimetria na execução do trabalho doméstico e assalariado pelos homens e pelas mulheres instaura relações sociais entre homens e mulheres na família que tornam os lugares ocupados pelos diferentes membros da unidade familiar imediatamente não-intercambiáveis. Ora é no postulado da permutabilidade que se baseia a teoria das “estratégias familiares de sobrevivência” em voga na sociologia latino-americana. [...]”.

Hirata destaca que não existe troca de tarefas no espaço produtivo, e que de determinado modo, isso até parece impossível, mesmo que seja uma contradição

uma vez que a sobrevivência da família sempre esteve baseada numa permuta, porém, parece que o que concerne às tarefas domésticas, está sempre ligado a mulher, e por conseqüência desligado do homem, e o fato da mulher também ter conquistado um lugar no espaço produtivo, e dessa forma contribuir para com as necessidades da família, não abalou o fato de que o doméstico é sua responsabilidade. Este parece até estar intrínseco a ela.

De forma que com a abertura do mercado de trabalho a mulher, com a Revolução Industrial, sua conquista por um posto de trabalho a subjugou em ter uma dupla jornada, sendo que divide seus esforços entre o espaço produtivo e reprodutivo.

Embora estar inserida no mercado de trabalho seja uma conquista para a mulher, o espaço doméstico, ainda é quase que predominantemente sua responsabilidade. Geralmente, o papel de homem provedor, continua a ser assumido pelo pai de família que chega em casa e pensa unicamente em descansar após um dia exaustivo de trabalho, enquanto a mulher continua a trabalhar em casa, arrumando a mesma, lavando a roupa, fazendo comida, cuidando dos filhos, entre outras atividades.

A sociedade capitalista impõe a mulher o trabalho doméstico ainda que esta tenha um lugar no mercado de trabalho e, não reconhece as tarefas domésticas enquanto trabalho, mas essa evidentemente é uma forma de trabalho embora seja distinta da forma que assumiu o trabalho assalariado na esfera da produção. (NOGUEIRA, 2006).

Mesmo que a mulher não esteja devidamente inserida no mercado do trabalho, geralmente empenha todos os seus esforços em executar suas tarefas dentro do lar e, embora este não seja assalariado, deveria ser reconhecido enquanto trabalho que exprime o seu valor.

Ressaltando ainda mais a idéia de Nogueira (2006), sobre as relações de poder, onde principalmente quando é exercido do homem em relação à mulher, habitualmente presente no modelo da família patriarcal, são diretamente proporcionais a desigualdade da divisão sexual do trabalho nos espaços produtivo e reprodutivo.

Sendo importante rever esse modelo a fim de que a mulher possa conquistar seu espaço, e não seja mais submetida a essa relação de poder presente no espaço da família, e que permeia ainda o espaço produtivo.

Uma vez que costumeiramente os homens não participam das tarefas domésticas, não conseguem perceber que as mesmas são exaustivas e que para serem feitas, necessitam de uma boa parte do tempo que a mulher tem em casa, cujo qual, também deveria ser destinado ao descanso. Sendo também importante mencionar que muitas vezes também a mulher é responsável pelas compras, ou seja, tem que dar conta do que está faltando, abastecer a mesa todo dia, e ainda administrar as contas que precisam ser pagas, de maneira a não perder as suas datas de pagamento.

A maior parte dos homens não se envolvem de maneira alguma nos trabalhos domésticos por entenderem que estes são afazeres distintamente femininos e que não cabe a eles exercê-los. E também há mulheres que pensam dessa forma, como que se o trabalho de casa fosse sua total responsabilidade e sentem-se satisfeitas por receber algum tipo de “ajuda” do seu parceiro para poder manter suas atividades domésticas em dia.

O livro de Nogueira, *O Trabalho Duplicado*, apresenta diversos depoimentos de trabalhadoras da área de telemarketing, como elas percebem o trabalho doméstico e o homem enquanto partícipe do mesmo. Veremos a seguir alguns destes depoimentos.

“Carla – eu sou responsável pelas tarefas domésticas. Mesmo eu trabalhando fora. Meu marido me ajuda. [...]”
– Então vocês fazem uma divisão das tarefas de fato?
– Não. A ajuda é espontânea”. (NOGUEIRA, 2006, p. 104).

Neste depoimento podemos perceber que o marido de Carla, a ajuda de maneira espontânea, e que a responsável pelas tarefas domésticas é ela, porém, ela vê a espontaneidade do marido ao realizar uma tarefa doméstica, como “ajuda”. Não tem a visão de que o marido também é responsável pelo lar e, portanto, qualquer tarefa que execute também é sua obrigação.

O depoimento de Kátia se torna muito interessante, porque essa tem uma filha e mora nos fundos da casa da mãe. A mãe por sua vez, mora com marido e filho. No seu depoimento percebemos que ela não somente é responsável pelas tarefas domésticas do espaço em que vive com a filha como ainda ajuda a mãe uma vez que o irmão e o pai não o fazem. Deixa claro que o pai cuida do quintal. (NOGUEIRA, 2006).

Não bastando o fato de que Kátia tem sua dupla jornada com os afazeres de sua casa, ajuda ainda sua mãe, deixando claro que as tarefas domésticas são única e exclusivamente das mulheres. Ressalta que o pai cuida do quintal, o que apresenta aí, o homem que trabalha fora de casa, e o irmão, por sua vez, não exerce função alguma no que diz respeito ao ambiente doméstico, reforçando os papéis distintos entre homens e mulheres.

A divisão sexual do trabalho na casa de Déborah acontecia da seguinte forma:

As tarefas domésticas sempre sobram pra mulher mesmo. Ele (o ex-marido) trabalhava o dia inteiro e eu sempre trabalhei meio período, então, eu sempre chegava arrumava a casa fazia almoço, a janta e, à noite, quando ele chegava, ele já ia descansar e eu tava lá ainda, fazendo janta, depois ia lavar a louça, para deixar mais ou menos organizado para o outro dia. (NOGUEIRA, 2006 p. 108).

O ex-marido de Déborah, por trabalhar o dia inteiro e ver que a esposa trabalhava somente meio período, não ajudava em nada, como que pudesse afirmar que como ela trabalhava meio período a ela sobrava tempo a fim de executar as tarefas do espaço reprodutivo, o que levou ela a afirmar que “as tarefas domésticas sempre sobram para a mulher mesmo.”

Estes depoimentos trazem o termo “ajuda” quando se refere ao trabalho masculino no meio reprodutivo, ou ainda a ausência dela, no caso de homens que sequer essa “ajuda ofereciam”. O que mais chama a atenção, é que são as próprias mulheres que se referem a esse trabalho masculino como ajuda, ou seja, nem elas percebem que enquanto morador da casa, o homem, quer seja marido, irmão, pai ou filho, tem também responsabilidades sobre as obrigações do lar, pois, todas as tarefas nesse espaço surgem em função de todos os que nele habitam, quer estes sejam homens ou mulheres.

Porém com isso, evidencia o que é mencionado por Nogueira (2006) p. 109, que “em uma sociedade patriarcal onde predomina o conservadorismo, as tarefas domésticas ainda fazem parte da dita especificidades femininas.”

Dessa forma, entendemos que a mulher conquistou em parte o meio produtivo, em função que em muito este apresenta determinadas diferenças quando dispostos aos diferentes sexos, e em casa acaba por assumir a total

responsabilidade por todas as tarefas, se contentando com uma 'ajuda' restrita e espontânea que pode talvez nem acontecer.

É preciso desenvolver entre homens e mulheres a consciência de que ambos são responsáveis pela demanda de serviço que surge no ambiente doméstico, pois, esta se limita e se amplia de acordo com o número de componentes da família.

Pensamos que quando o homem perceber que não deve prestar determinada ajuda a mulher, mas sim dividir as tarefas de maneira igualitária, provavelmente esta conquista em derrubar o patriarcalismo existente no lar, também atingirá o meio produtivo, impactando de tal forma, que será inevitável algumas mudanças que aos poucos irão transformando também o meio produtivo, afinal, toda essa dinâmica teve início no ambiente da família.

Há que se criar uma consciência que o lar pertence a todas as pessoas que nele residem, e que dessa forma todos são igualmente responsáveis por sua manutenção e ordem, e que embora ao longo dos anos este tenha sido repassado como um trabalho exclusivamente feminino, a participação masculina é de fundamental importância para a dinâmica familiar, do lar e da união dos pares.

Pois é impressionante, que no mundo de hoje, mulheres que estão inseridas no meio social muitas vezes enquanto agentes políticos, sindicalistas, que tem plena consciência dessa desigualdade e opressão, continuam se incumbindo das tarefas domésticas, e mesmo que as deleguem, são responsáveis pelas mesmas. (HIRATA; KERGOAT, 2007.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos com a explanação que fizemos neste trabalho sobre a família, que em determinado momento histórico a mulher perde seu prestígio, pois, o matriarcado é destituído e se instaura um novo modelo: o patriarcal. A partir daí, a mulher passa a ser inferiorizada e subjugada pelo homem.

Percorreu um longo caminho até efetivar novas conquistas, sendo que uma destas foi sua inserção no mercado de trabalho. Com vistas a sua “emancipação” e em alguns casos independência financeira (mencionamos alguns casos porque não podemos perder de vista a mulher que busca um posto de trabalho a fim de compor a renda familiar) não imaginava que a ela seria imposta uma segunda jornada através das tarefas domésticas.

A divisão sexual do trabalho evidencia que cada vez mais as mulheres estão fadadas a perceber menores salários que os homens, mesmo executando a mesma função, terem postos de trabalho mais precarizados, geralmente nos serviços terceirizados e de carga horária reduzida, onde por esses além de receber vencimentos menores em função da baixa carga horária, ainda são aproveitadas suas habilidades femininas com intuito de maior extração da mais valia.

Quando se trata da divisão sexual do trabalho na família, percebemos que na maioria das vezes, a mulher fica sobrecarregada com as tarefas do espaço reprodutivo, mesmo estando inserida no espaço produtivo. Quando muito recebe determinada “ajuda” do seu companheiro, a fim da realização das tarefas mais simples.

Esta divisão, também impregna o mundo do trabalho, e lá também há relações de poder e autoridade, conforme podemos observar abaixo:

A divisão sexual do trabalho parece, assim, não evoluir no mesmo diapasão que a história da tecnologia, mas ser submetida a um peso histórico que torna possível apenas o deslocamento das fronteiras do feminino e do masculino, e jamais a supressão da própria divisão sexual. [...] O que realmente está em jogo – *as relações de poder de autoridade* entre homens e mulheres – parece, aqui, desvendar o discurso dominante sobre as tarefas femininas, discursos às vezes abertamente *incoerentes* como os que atribuem os trabalhos limpos e leves ora às mulheres [...] ora aos homens. [...]. (HIRATA 2002, p. 218).

E esse discurso incoerente ainda provoca outros aspectos quanto ao trabalho feminino, pois a autora segue na evidência de que as especificidades femininas relativas ao ambiente doméstico são aproveitadas no capitalismo como determinadas habilidades que melhoram o desempenho em certas funções e que para as mesmas preferem-se mulheres na execução.

Além da incoerência, o discurso dominante que ressalta o aspecto *execução rotineira* das tarefas femininas não reconhece absolutamente a *qualificação* feminina nem a importância do trabalho doméstico das mulheres em sua origem. É possível que essa tese seja válida também ao terciário, onde parece que as ocupações femininas, como as de secretária, devem ainda mais aos aprendizados domésticos. A simultaneidade de tarefas heterogêneas a serem executadas, típica do trabalho doméstico, aparece também nas ocupações como a de vendedora de supermercado, por exemplo. As novas tecnologias nos setores secundário e terciário também não eliminam a importância das qualificações obtidas na esfera doméstica: uma capacidade de atenção e supervisão, junto a uma certa passividade necessária em certos postos automatizados femininos, pode ser uma qualidade desenvolvida anteriormente, o exercício do trabalho doméstico. (HIRATA, 2002 p. 219).

E nem por isso as tarefas domésticas são valorizadas. Antes são usadas contra a mulher trabalhadora e é por conta delas que lhes são oferecidos trabalhos ainda mais precarizados uma vez que se entende que necessita participar dos dois espaços produtivo e reprodutivo, e que para tanto deve sujeitar-se ao que o mercado dispõe enquanto colocação feminina.

Com isso percebemos que os homens ainda desfrutam de grande vantagem no que diz respeito aos espaços produtivo e reprodutivo, uma vez que no espaço produtivo são mais reconhecidos do que as mulheres, e com o espaço reprodutivo geralmente não contribuem.

Isso acontece devido aos papéis atribuídos aos homens e as mulheres de acordo como o modelo de família patriarcal onde o homem é o provedor e a mulher a administradora do lar.

Rosaldo; Lamphere (org) (1979), destacam o seguinte:

[...] A universalidade da subordinação feminina, fato de existir em todo o tipo de classificação social e econômica e em sociedades de todo grau de complexidade, indica que estamos frente a algo muito profundo e inflexível e que não podemos desenraizar simplesmente reclassificando algumas tarefas e papéis no sistema social ou

mesmo reordenando toda a estrutura econômica. [...] a lógica subjacente do pensamento cultural que assume a inferioridade feminina [...] a natureza altamente persuasiva da lógica, pois se não fosse tão persuasiva, as pessoas não permaneceriam de acordo com ela. [...].

A idéia dessa pesquisa é apresentar elementos que evidenciem essa lógica a fim de perceber e considerar conseqüentemente as novas configurações a respeito do papel da mulher. Mesmo que estejamos frente a algo muito complexo é preciso objetivar uma mudança que venha a romper com esses modelos de submissão que são a lógica do patriarcalismo.

A idéia de uma complementaridade entre homens e mulheres ou de uma conciliação dos papéis aparece sob formas diversas: em primeiro lugar, ela pode tomar a forma de um “modelo tradicional”, em que o papel doméstico e familiar é garantido pelas mulheres; trata-se de uma especialização dos papéis sexuais e ela está presente há muito na sociologia, entre os funcionalistas de Durkheim e Parsons.

Em segundo lugar, ela pode tomar a forma de um “modelo de conciliação” entre a via profissional e a via familiar. Esse modelo “visa articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional. Trata-se de uma condição necessária de igualdade das chances entre homens e mulheres, especialmente na área profissional (...). uma possível recomposição e uma nova divisão dos papéis se realizariam, então, não mais à custa das mulheres, mas em benefício comum dos homens e das mulheres” (Laufer 1993, p. 134). No entanto, a defasagem entre modelo e realidade das práticas sociais faz com que, em geral, caiba quase exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional. (Hirata, 2002, p. 279-280).

É preciso romper com essa defasagem entre e a realidade das práticas sociais, a fim de que não seja a mulher a única a conciliar vida familiar e profissional. Buscar a recomposição e uma nova divisão dos papéis que beneficie não somente a um, mas aos dois sexos, onde vida profissional e familiar transpõe a desigualdade nelas hoje existente e apresentem uma igualdade entre sexos a fim de que possa harmonizar entre eles os espaços produtivo e reprodutivo, imputando a cada um o valor devido, e não desmerecendo a quem realiza uma ou outra função.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRECHT, Marisa Sirlei. **As expectativas profissionais dos adolescentes inseridos no projeto jovem aprendiz da Ides/Promenor.** (Trabalho de Conclusão de Curso)–Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BILA, Sorj; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. **Cadernos de Pesquisa** Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. São Paulo, v.37, n. 132, p. 573-594, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GOLDANI, Ana Maria. **Caderno de Pesquisa.** As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas, São Paulo, n.91, p. 7-22, 1994.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v.37, n. 132, p. 573-594, 2007.

HIRATA, Helena. **Uma nova divisão sexual do trabalho?** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa.** disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>> acesso em 12 de outubro de 2009.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias Funcionamento e Tratamento.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho** – Entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução– um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROSALDO, M. Z; LAMPHERE, L. (org). **A mulher, a cultura e a sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes:** Mito e Realidade. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVA, Maria Izabel da. **A centralidade da categoria trabalho e o exemplo do trabalho docente voluntário na UFSC.** (Dissertação de Mestrado)–Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

SILVA, Carmen da. **A arte de ser mulher.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. 253p. (Biblioteca da mulher moderna; 7.)

VAZ, Eliete C. Cipriano. [Resumo escrito para compor a disciplina DSS–5137 Serviço Social: Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis] [S.l.:s.n.] [2008?] documento não publicado.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. **Família** disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fam%C3%ADlia> acesso em 12 de outubro de 2009.